

revista

# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano X — Nº. 57 — mai./jun. 2018



## FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

O que dizem os empresários e entidades do setor privado reunidos no evento

## ENTREVISTA

Marcelo Ridenti fala sobre  
Maio de 1968 e seus ecos

**130 ANOS DA ABOLIÇÃO  
DA ESCRAVATURA:  
E O CATIVEIRO SOCIAL PERMANECE**



Conheça o

# Poli

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

Ano X - Nº 57 - mai./jun. 2018

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

**Editora**

Cátia Guimarães

**Repórteres**

Ana Paula Evangelista / André Antunes /  
Cátia Guimarães / Katia Machado /  
Leila Leal / Máira Mathias

**Repórter (Portal EPSJV)**

André Antunes

**Projeto Gráfico**

José Luiz Fonseca

**Diagramação**

José Luiz Fonseca / Marcelo Paixão /  
Maycon Gomes

**Capa**

Maycon Gomes

**Mala Direta e Distribuição**

Valéria Melo / Tairone Cardoso

**Coordenador de Comunicação,  
Divulgação e Eventos**

Cátia Guimarães

**Comunicação Interna**

Julia Neves / Talita Rodrigues

**Editora Assistente de Publicações**

Gloria Carvalho

**Assistente de Gestão Educacional**

Solange Maria

**Tiragem**

12.000 exemplares

**Periodicidade**

Bimestral

**Gráfica**

Edigráfica

**Conselho Editorial**

Alexandre Moreno / Alexandre Pessoa / Ana Beatriz Noronha / Anakeila Stauffer / André Feitosa / Bianca Borges / Carlos Maurício Barreto / Daniel Groisman / Etelcia Molinaro / Fernanda Martins / Gilberto Estrela / José Orbílio de Souza Abreu / Júlia Barcelos Bittencourt / Luciana Maria da Silva Figueirêdo / Marise Ramos / Pedro Castilho / Rosa Maria Correa / Sérgio Ricardo de Oliveira



MATHEUS FRIGOLS / PROJETO SENTI NA PELE

**PANORAMA**

2

**RADAR DOS TÉCNICOS**

3

**CAPA**

*O racismo em três séculos de escravidão*

4

**EDUCAÇÃO**

*União total de bens*

12

**ENTREVISTA**

*Marcelo Ridenti - 'Movimentos que questionam geram uma reação conservadora'*

16

**30 ANOS SUS**

*Tijolo por tijolo: memórias e caminhos das lutas e da construção do SUS*

20

**ÁGUA**

*Dois mundos, um planeta*

26

**O QUE É, O QUE FAZ?**

*Forças Armadas*

31



/epsjvfiocruz

Receba a Poli: formulário pelo site  
[www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista](http://www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista)

**Endereço**

**Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306**  
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360  
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 [comunicacao@epsjv.fiocruz.br](mailto:comunicacao@epsjv.fiocruz.br)

Assine Nosso Boletim pelo site  
[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



## Renúncia fiscal: um rombo no orçamento do SUS

Os economistas Carlos Ocké, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Artur Fernandes, da Receita Federal, são os autores de uma nota técnica divulgada em abril que estimou o quanto o Estado brasileiro deixou de arrecadar para o SUS por meio de isenções, deduções, reduções de base de cálculo e alíquota e outras formas de renúncia de arrecadação fiscal no período entre 2003 e 2015. É o chamado gasto tributário em saúde. Os pesquisadores apontam que os subsídios destinados a pessoas físicas, como as isenções no imposto de renda para titulares de planos de saúde, cresceram em termos reais de R\$ 3,74 bilhões em 2003 para R\$ 11,7 bi em 2015. Já os empregadores (IRPJ) passaram a renunciar quase o dobro de recursos na área da saúde, saindo de R\$ 2,3 bilhões em 2003 para R\$ 4,5 bilhões em 2015. Por sua vez, em termos reais, o gasto tributário associado aos medicamentos e produtos químicos triplicou, chegando a R\$ 6,6 bilhões em 2015. Finalmente, o montante da renúncia (fiscal e previdenciária) relativa aos hospitais filantrópicos subiu de R\$ 5,1 bilhões em 2003 para R\$ 9,5 bi em 2015. No total, descontada a inflação, a renúncia de arrecadação fiscal em saúde quase dobrou no período, passando de R\$ 17,1 bilhões em 2003 para 32,3 bi em 2015. A pesquisa apontou que em 13 anos o governo deixou de arrecadar R\$ 331,5 bilhões.



## Fim de selo de identificação de transgênicos avança no Congresso

A Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou no dia 17 de abril o fim da obrigatoriedade do rótulo que identifica a presença de transgênicos em produtos alimentícios. O texto do PLC 34/2015 determina a retirada do triângulo amarelo com a letra “T” que deve ser colocado no rótulo de embalagens de alimentos que contenham menos de 1% de ingredientes transgênicos. O projeto deve passar ainda pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle para então seguir para o plenário.

Em seu parecer, o relator do projeto na CMA, Cidinho Santos, afirmou não haver registros de que os alimentos transgênicos causem danos à saúde, e argumentou que a rotulagem pode ser mal interpretada por consumidores e importadores. Visão contrária têm as mais de 100 entidades que assinaram uma carta aos senadores pedindo a rejeição do projeto, classificando-o como um retrocesso do ponto de vista ambiental, de saúde pública e do direito do consumidor. Entre as signatárias está a Fiocruz. Em 2015, depois da aprovação do projeto na Câmara dos Deputados, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) divulgou nota relacionando o uso de transgênicos com o aumento no uso de agrotóxicos no Brasil. Segundo a Abrasco, de 2007 a 2014 houve mais de 34 mil casos de intoxicação por agrotóxico no país. Má formação de feto, câncer, disfunção fisiológica, doenças cardíacas e neurológicas foram citados pela associação como diretamente ligados a esse quadro.



## MP da reforma trabalhista caduca no Congresso

Em 23 de abril caducou no Congresso a Medida Provisória apresentada no ano passado como um compromisso de Michel Temer com senadores que estavam insatisfeitos com o texto da reforma trabalhista aprovado pela Câmara. Na análise do pesquisador da Unicamp José Dari Krein, em entrevista recente ao Portal EPSJV/Fiocruz, deixar a MP caducar foi uma estratégia do governo para não permitir alterações em pontos considerados chave por entidades empresariais como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Assim, voltam ao texto pontos polêmicos, como a possibilidade de que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em condições insalubres, a possibilidade de contratação do chamado ‘autônomo permanente’ por meio de um contrato comercial, sem nenhuma garantia trabalhista ou previdenciária, e o estabelecimento de uma multa a ser paga pelos trabalhadores intermitentes que desistirem de um serviço contratado junto a uma empresa, no valor de 50% do contrato, entre outros itens. Para Krein, no entanto, vários pontos da reforma devem se tornar objeto de controvérsia jurídica a partir da perda de validade da MP, como a questão da sua validade para aqueles contratados antes de sua entrada em vigor e a previsão de que se o trabalho intermitente não completar o valor de um salário mínimo o período trabalhado não conta para a obtenção de direitos como licença-maternidade e aposentadoria. “Ao criar mais confusão sobre a coerência das regras em conjunto com o ordenamento jurídico existente, isso cria controvérsia. Controvérsia que vai ser discutida tanto na luta social como no Judiciário”, argumentou.

## HÁ CONTROVÉRSIAS...

Tudo começou dias antes da edição da MP 827/18, quando em sessão conjunta realizada em 3 de abril, o Congresso votou pela derrubada de 13 dos 16 vetos feitos pelo presidente Michel Temer à lei 13.595/2018, conhecida como Lei Ruth Brillante. A lei define atribuições, nível de qualificação e condições de trabalho dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE), e havia sido aprovada no Congresso em dezembro do ano passado. Em janeiro deste ano, foi sancionada pelo presidente da República com vetos a inúmeros de seus dispositivos.

Mesmo tendo mobilizado parlamentares para derrubar todos os vetos, os agentes desistiram de retomar três artigos. Dois deles seriam de fato extintos. Mas o terceiro, exatamente o que tratava da formação técnica, seria retomado no texto de uma Medida Provisória que seria editada pelo governo. A MP foi publicada no dia 23 de abril. Mas os termos do acordo e a avaliação sobre o seu cumprimento estão longe de ser consenso.

O texto aprovado no Congresso previa a inclusão do artigo 7º-A na Lei 11.350/2016, estabelecendo que os “órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios oferecerão curso técnico de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, de carga horária mínima de mil e duzentas horas”. Em entrevista ao Portal EPSJV/Fiocruz no dia 11 de abril, a presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs), Ilda Angélica, explicou: “A redação tira a obrigatoriedade do financiamento da União, estavam lá só estados e municípios. Isso aí foi um erro da nossa parte. Os três entes federativos têm responsabilidade sobre a qualificação”. E completou: “A MP deve trazer a questão da responsabilidade da União para o financiamento dos cursos técnicos em ACS e ACE”.

A MP, de fato, inclui a União, porém retira qualquer referência à formação técnica, mencionando apenas os cursos de aperfeiçoamento. “Nem deu tempo de comemorar”, lamenta o presidente da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Fenasce), Luis Cláudio Celestino. “A MP volta a intervir de forma negativa na carreira dos trabalhadores”, avalia, contando que no dia do Encontro Nacional, em Brasília, “o Temer chegou com um documento na mão alegando que já era a MP, mas não mostrou para ninguém”.

A Conacs, no entanto, nega que o acordo tenha sido desrespeitado pelo governo. Diferente do que havia sido dito pela presidente em entrevista anterior, segundo a assessora jurídica da entidade, Elane Alves, não houve negociação a esse respeito. “A garantia do curso técnico já está na Lei. O que foi vetado foi a ausência da União. Isso foi ponto de discussão do Ministério da Saúde, com os outros Ministérios e não houve consenso. Mas como nós já tínhamos a garantia da realização dos cursos pela Lei, não foi necessário negociar à respeito da responsabilidade de financiamento”, afirma.

Também nesse caso, não há consenso. A professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Marcia Valéria Morosini afirma que em nenhuma legislação brasileira, nem mesmo na Lei 11.350/2016, está estabelecido que o Estado deve ofertar a formação técnica para esses agentes. “Essa MP mantém a responsabilidade do Estado somente com a organização e o financiamento dos cursos de aperfeiçoamento que, além de serem insuficientes, não oferecem uma formação profissionalizante que possa contemplar a complexidade do trabalho e as necessidades de qualificação dos agentes. A Lei Ruth Brillante permanece com esta lacuna histórica e prevalece, assim, o projeto equivocadamente de formar os agentes em técnicos de enfermagem via Profags (Programa de Formação Técnica para Agentes de Saúde)”, alerta.

Na mesma entrevista ao Portal EPSJV antes da edição da MP, Ilda explicou que o acordo sobre os vetos foi uma condição colocada pelo governo federal para abrir negociação sobre outra pauta: o reajuste do piso salarial. “O que a gente aguardava nessa

MARCOS CORRÊA / PR



MP do governo é que viesse algo relacionado ao ajuste do piso salarial. A categoria está frustrada no país inteiro”, afirma Luis Cláudio.

Para a Conacs, no entanto, essa expectativa foi um erro de interpretação de parte da categoria. “Não houve nenhuma discussão a respeito do piso. O que houve foi o entendimento de que uma vez discutindo com o governo, aceitando a permanência de três vetos e apoiando a MP, o caminho estaria aberto para a discussão do piso. É um processo de negociação que vai durar 90 dias”, explica Elane.

Ao mesmo tempo, a Conacs está articulando e apoiando a votação de três emendas parlamentares – entre as 26 apresentadas – que visam incluir a correção do piso nacional exatamente no texto da MP. A primeira proposta é do deputado Luiz Henrique Mandetta (DEM/MS) e amplia o piso para R\$ 1.600. A segunda, assinada por Odorico Monteiro (PSB/CE), para R\$ 1.402,80 com reajuste com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto). O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) também apresentou uma proposta que quer estabelecer o piso em R\$ 1.335,60 e o reajuste anual segundo a inflação no 1º dia do mês de janeiro, de cada exercício, a partir do ano de 2019. Por fim, existe a iniciativa do deputado José Guimarães (PT/CE), com piso de R\$ 1.268,29, desde que haja previsão orçamentária correspondente. “Todas as propostas serão apoiadas pela categoria, porque nos darão oportunidade de colocar esse assunto em debate na Comissão Mista. Essa é a estratégia. Mas se elas serão acatadas ou se o governo irá editar uma segunda MP, isso é outra história”. O

## O RACISMO EM TRÊS SÉCULOS DE ESCRAVIDÃO

No mês dos 130 anos da Lei Áurea, a luta dos movimentos negros torna-se ainda mais relevante diante da persistência da desigualdade no acesso às políticas públicas

Katia Machado

**D**ezenas de anos depois, o fosso entre brancos e negros persiste em todos os cantos. No mês em que se completam 130 anos da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, as iniquidades a que a população negra brasileira está agrilhoada se revelam sem meias palavras: ela tem menor escolaridade, apresenta taxas de analfabetismo duas vezes superiores ao registrado entre o restante dos habitantes, tem os menores salários, é a mais afetada pelo desemprego, tem menor acesso ao sistema de saúde e é a que morre mais cedo. Apesar de serem mais da metade da população brasileira (53,6%), negros e negras são 76% dos 10% mais pobres, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Expressão maior de um prejuízo sistemático, sustentado em três séculos de escravidão, a epidemia de homicídios, por exemplo, atinge em maior proporção a população negra: são 56 mil pessoas assassinadas todos os anos, o que equivale a 29 vítimas por cem mil habitantes, índice considerado epidêmico pela Organização das Nações Unidas (ONU). Desse total, 53% são jovens e, destes, 77% são negros e 93% do sexo masculino, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais. Isso significa, segundo a ONU, cinco jovens negros mortos a cada duas horas no país, totalizando 23 mil jovens negros mortos por ano. As estatísticas foram apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre Assassinato de Jovens, realizada em 2016, revelando também que mais de 80% dos casos de assassinatos de adolescentes e jovens negros foram por arma de fogo.

Segundo o Atlas da Violência de 2017, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o quadro é pior, caracterizando um genocídio de jovens negros: a cada cem pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, sendo a taxa de homicídio entre adolescentes pretos e pardos quase quatro vezes maior do que entre os brancos (36,9 a cada 100 mil habitantes, contra 9,6). A população negra, de acordo com o levantamento, corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios, com risco 23,5% maior de ser assassinada em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.

O mesmo é desvelado quando se observa o feminicídio. O Mapa da Violência 2015, que estudou a dinâmica dos homicídios femininos nos últimos anos, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais (Flacso), confirma que o feminicídio também tem cor, e ela é negra. Segundo o levantamento, entre 2003 e 2013, o número de mulheres negras assassinadas por sua condição de gênero feminino cresceu 54%, ao passo que o índice de feminicídios de brancas caiu 9,8% no mesmo período. O mesmo revela a pesquisa ‘Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil’, do Ipea, divulgada em 2013: em todo o país, 61% dos feminicídios foram de mulheres negras, com destaque para a elevada proporção de óbitos de negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). De acordo com o Ipea, a maior parte das vítimas apresentava baixa escolaridade, 48% daquelas com 15 ou mais anos de idade tinham até oito anos de estudo.

### A cor da desigualdade na saúde

Aterradoras são também as taxas de mortalidade entre mulheres negras na hora do parto. De acordo com o Ministério da Saúde, o índice de mortalidade materna no país em 2015 foi de 60 mulheres em cada 100 mil nascidos vivos, sendo as negras mais da metade (cerca de 57%) das gestantes que morreram em decorrência de problemas como hipertensão, hemorragia e infecção puerperal, registrados na hora do parto ou posteriormente ao nascimento do bebê. “Os dados nos revelam que não é de hoje que a população negra morre mais que a população branca, especialmente quando se observa o grupo de mulheres, confirmando que os altos índices de mortalidade materna estão relacionados ao preconceito e à discriminação étnico-racial que determinam a forma como as mulheres são atendidas”, sublinha o professor do Departamento de Estudos Sociais, História e Geografia da Faculdade São Bernardo e integrante do grupo Kilombagem, Deivison Faustino, mais conhecido por Deivison Nkosi, face a sua trajetória no movimento *hip hop* em Santo André (SP). Ele realça que esse cenário tomou maior visibilidade com a inclusão da categoria raça/cor nas estatísticas de saúde e quando pardos e pretos passaram a se autodeclarar negros. “Se reconhecer negro em uma sociedade racista implica um ato político da mais extrema importância”, defende. Coordenadora geral da ONG Criola, Lucia Xavier também observa que a coleta do quesito raça/cor foi fundamental para a construção das evidências dos discursos políticos. Segundo a assistente social, que já integrou o Conselho Es-



O jornalista e escritor Ernesto Xavier, mentor do Projeto Senti na Pele, mostra um cotidiano em que o racismo é presente e naturalizado

tadual da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, representando a Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (ANMB), a coleta do quesito ético-racial vai revelar indicadores de saúde da população negra que eram bastante preocupantes e invisíveis ao Estado.

Para ela, o fato de a mortalidade materna atingir em maior número as mulheres negras já mostra o racismo na prática. “A menina Rafaela é a expressão desse triste cenário. Ela morreu na hora do parto, todo o caminho que ela fez e toda a atenção que ela recebeu estavam entremeados de representação negativa sobre ela, do fato de ela ser uma menina negra, moradora de favela, não ser casada”, recorda, referindo-se ao caso da jovem negra Rafaela Cristina Souza dos Santos, de 15 anos, que morreu em abril de 2015 durante o parto do seu filho, no Hospital Municipal da Mulher Mariska Ribeiro, em Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, sob a suspeita de negligência médica, segundo sua mãe, Ana Carla Silva de Souza. “Não faltaram profissionais qualificados, nem protocolos, não faltou acompanhamento no que se refere ao pré-natal, mas ela foi à morte. Esse óbito revela uma série de circunstâncias negligenciadas, um desrespeito em nome de uma falta de humanidade à Rafaela”, resume.

A pesquisa ‘Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar’, publicada em 2014, nos Cadernos

de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mostra que são comprovadamente as mulheres negras que mais sofrem com dificuldade de acesso ao pré-natal, com comentários constrangedores, ofensas e negligências no atendimento. A maioria das mulheres (65,9%) submetidas a algum tipo de violência obstétrica no Brasil é preta ou parda e com menor escolaridade.

A pesquisa ‘Nascer na Prisão’, feita pela Fiocruz por encomenda do Ministério da Saúde, sobre o perfil da população feminina grávida ou com filhos recém-nascidos nas cadeias brasileiras, mostra que as condições para quem tem filhos no cárcere são ainda mais precárias, revelando que o acesso ao pré-natal foi inadequado para 36% das mães entrevistadas, enquanto 15% afirmaram terem sido vítimas de violência. E o perfil das grávidas na cadeia se assemelha ao da população carcerária geral em outros aspectos, ou seja, mais da metade (57%) é de cor preta e parda, com baixa escolaridade (53% têm menos de oito anos de estudo) e jovem (45% têm até 25 anos) – sem pormenorizar, há 622 mil brasileiros privados de liberdade, mais de 300 presos para cada 100 mil habitantes, sendo mais da metade (61,6%) pretos e pardos, conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Realizada entre agosto de 2012 e janeiro de 2014, em 27 unidades prisionais (uma por estado), com 241 mães e mais de 200 grávidas, a pesquisa da Fiocruz identificou que 55% tiveram menos consultas de pré-natal do que o recomendado;

32% não fizeram exame para detectar sífilis e 4,6% das crianças nasceram com a doença.

Lúcia atenta também para a diferença na atenção à saúde entre negros e brancos quando se trata da taxa de mortalidade neonatal e infantil (até os cinco anos). Segundo o IBGE, a taxa de mortalidade infantil em 2015 foi de 13,8 mortes por mil nascidos vivos — a menor taxa em 11 anos, além de ser inferior à de 2014, de 14,4 falecimentos em até um ano de vida para cada grupo de mil nascidos vivos —, sendo que entre mulheres pardas e pretas os índices foram de 16,9 e 18,9 por mil nascidos vivos, respectivamente. Entre agosto de 2009 e julho de 2010, o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) do Ministério da Saúde já haviam destacado um cenário semelhante: enquanto entre as mulheres brancas a taxa de mortalidade infantil foi de 15,2, entre pretas e pardas foi de 29,1 e 16,6, respectivamente.

A desigualdade e o preconceito racial se expressam ainda em taxas de mortalidade por HIV/aids, tuberculose, sífilis e hepatites, que são duas vezes maior entre negros. Mesmo doenças que atingem mais a população afrodescendente por determinações genéticas, como a anemia falciforme, refletem, de alguma forma, essa desigualdade. De acordo com o MS, entre 25 mil e 50 mil pessoas possuem a doença no país, sendo a Bahia, devido ao alto número de afrodescendentes, o estado com maior prevalência, com um caso a cada 500 nascimentos, seguido do Rio de Janeiro, com um caso para cada 1,2 mil nascidos. Apesar de poder ser detectada precocemente pelo teste do pezinho — além de, em 2012, o MS incluir o exame de eletroforese de hemoglobina, que serve para detectar a anemia falciforme, na lista de procedimentos do pré-natal feito no SUS —, apenas 17 estados fazem o teste. “Isso é a afirmação de que doenças e agravos já conhecidos, que já deveriam estar sob controle, ainda hoje devastam a população negra de um modo geral”, lamenta Nkosi.

Lucia Xavier aponta três causas do problema da desigualdade na saúde. A primeira diz respeito a uma decisão política que negligencia a população negra. “Apesar de os resultados da situação da população negra e os fatores que a levam ao sofrimento serem conhecidos, decide-se não fazer nada”, observa. O segundo motivo, que impacta o dia a dia dessa população, por implicar a relação dos profissionais da saúde com a população, é a representação negativa dos negros. “No senso comum, negros são bandidos, sem responsabilidade, e as mulheres são lascivas, sem moral, sem educação. Toda essa representação negativa acaba também promovendo uma relação de conflito e de violência com os usuários do sistema de saúde”, sintetiza. O terceiro fator gerador de iniquidades na saúde, segundo Lucia, é o baixíssimo investimento em saneamento básico, educação, serviços e na promoção da melhoria da qualidade de vida. “Podemos tomar como exemplos o estrago que o Zika vírus fez com as mulheres negras ou a quantidade de pessoas negras que são afetadas pela tuberculose ou pela hanseníase. São vulnerabilidades no campo da saúde provocadas pela dinâmica da desigualdade social”, lista, referindo-se a doenças que têm relação com o ambiente.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), divulgada em maio de 2015, a discriminação no sistema público de saúde é mais sentida por negros e negras. De toda a população branca atendida, 9,5% saem da unidade hospitalar com o sentimento de discriminação, enquanto o percentual entre pretos e pardos — nomenclaturas adotadas pelo IBGE cuja soma representa a população negra — foi de 11,9% e 11,4%, respectivamente. A pesquisa revelou que negros têm desvantagem em todos os quesitos pesquisados: consultam menos médicos e dentistas; têm menos acesso a remédios receitados no atendimento; contraíram mais dengue; têm mais problemas de saúde



Christina Xavier, engenheira química, denuncia o racismo institucional que sofreu durante 11 anos

que impedem a alimentação; usam menos escova, pasta e fio dental.

Há indício também de que a saúde mental da população negra esteja mais vulnerável. Deivison Nkosi revela que, ao analisar os gráficos de atenção à saúde mental do Ministério da Saúde, percebeu que as pessoas declaradas brancas tinham mais acesso que as negras. “Ao cruzar esse dado com o número de morte por transtornos mentais, o número de morte de negros é maior do que de brancos”, calcula, tendo como referência para uma análise qualitativa sobre a saúde dos negros os estudos do filósofo e cientista político Frantz Fanon. “Sua obra influenciou diversos movimentos políticos e teóricos na África e Diáspora Africana e segue reverberando em nossos dias como referência obrigatória nos estudos culturais e pós-coloniais”, justifica Nkosi. De acordo com o professor, o pensamento de Fanon ajuda a pensar como o racismo influencia nossa noção de humanidade e a compreender essa influência na subjetividade de negros e brancos. “Ou seja, como interiorizamos valores e o quanto essa interiorização implica formas de ver o mundo, ajudando a pensar as várias dimensões da vida: a saúde, os desafios da luta política e os riscos que a luta política traz”, explica.



Entendendo que o racismo e a discriminação étnico-racial são determinantes sociais da saúde, foi instituída em 2009, pela Portaria nº 992, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Fruto da luta do movimento negro, na avaliação de Lucia Xavier, a PNSIPN contribuiu primeiramente para avanço do debate e, conseqüentemente, ao olhar os indicadores de saúde segundo critérios étnico-raciais, para dar visibilidade à situação de saúde da população negra. “A política não conseguiu cumprir os princípios do SUS, no que tange à integralidade e equidade. Mas ela questiona os processos que o SUS estabelece para isso e obriga a corrigir alguns rumos”, avalia.

Para Nkosi, a PNSIPN foi um dos acontecimentos mais importantes na história do SUS, considerando que negros são a maioria da população brasileira. “Não se trata, porém, de uma política de negros. É uma política do SUS que aposta na universalização, e para que essa universalização seja bem sucedida, é necessário pensar a equidade no acesso aos serviços de saúde”, destaca o professor, para quem, no entanto, o avanço da política se deu apenas do ponto de vista do debate. “Do ponto de vista das ações concretas, a política avançou muito pouco, a despeito das tentativas de uma melhor formação dos profissionais de saúde e de fortalecimento do controle social. E isso diz respeito às resistências que encontramos dentro do próprio sistema de saúde”, acrescenta.

Na análise de Danieli Naziazeno Saucedo, egressa do curso de Mestrado em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), onde defendeu a tese ‘Política Nacional da Saúde Integral da População Negra: um equilíbrio coletivo?’, isso aponta a necessidade de formação dos profissionais de saúde na atenção e cuidado da população negra. “É fun-

damental que o trabalhador da área de saúde compreenda quem é a população usuária do SUS, que 70% dela são negros, que a maioria, como observei em minha pesquisa, é formada por mulheres negras, que vão ao serviço em busca de tratamento ou de medicamentos, que vão acompanhadas de crianças, pessoas idosas”, revela, com base na observação que fez em sala de espera e conversas com profissionais de saúde de uma unidade de saúde do SUS.

Ela identifica também nesse espaço o mito da democracia racial, ou seja, a crença de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação. “Nenhum profissional de saúde acorda pensando: ‘hoje, serei racista e não tocarei um corpo negro’. Mas, na hora de fazer o parto de uma mulher negra, não irá anestesiá-la por acreditar que seu corpo é mais resistente, que ela está preparada para sentir dor”, exemplifica. O racismo, segundo ela, está velado, porém presente 24 horas no cotidiano das instituições.

### Nem 13% na educação são negros

Segundo o IBGE, que considera como negros os cidadãos que se declaram pretos ou pardos, os brancos concentram os melhores indicadores e são a parcela da população que frequenta a escola por mais tempo. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2016 revela, por exemplo, que a taxa de analfabetismo é de 11,2% entre os pretos, 11,1% entre os pardos e 5% entre os brancos. Até os 14 anos de idade, as taxas de frequência escolar não variam muito entre as populações. Mas é justamente na adolescência que a desigualdade se acentua no âmbito da educação, conforme identificou o movimento Todos Pela Educação, com base na Pnad 2016: enquanto entre os brancos 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio, entre os pretos e pardos este número cai para 50,5% e 55,3%, respectivamente.

No ensino superior, o número de jovens negros de 18 a 24 anos ainda é tímida. Em 2005, apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos de 18 a 24 anos estavam matriculados, contra 17,8% de brancos. Em 2015, os índices de matriculados de jovens negros subiu para 12,8%, mas ainda bem abaixo do esperado se comparado aos 26,5% de matrículas de jovens brancos, segundo o IBGE. Além disso, em 1992, 10% de homens brancos e 13% de mulheres brancas de 27 a 30 anos tinham concluído o ensino superior, enquanto esses números caíam para 2% entre os homens negros e 3% entre as mulheres negras. Em 2016, os índices se ampliaram, mas a disparidade continua visível: 27% de homens brancos e 32% de mulheres brancas concluem o ensino superior contra 9% de homens negros e 15% de mulheres negras. Para o IBGE, a dificuldade de acesso dos estudantes negros ao diploma universitário reflete o atraso escolar, maior neste grupo do que no de alunos brancos. Na idade que deveriam estar na faculdade, 53,2% dos negros estão cursando nível fundamental ou médio, enquanto essa é a realidade de apenas 29,1% dos brancos.

O professor Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente afastado para um pós-doutorado nos Estados Unidos, em entrevista ao Instituto da Mulher Negra Geledés, concedida em julho de 2014, já apontava a política de cotas nas universidades públicas com recorte racial e de renda como iniciativa efetiva se observada a grandeza dos números. Segundo ele, citando o Censo da Educação Superior de em 2010, eram 95 as universidades públicas (58 federais e 37 estaduais) que adotavam o sistema de cotas em geral naquele ano. A ação afirmativa na educação permitiu que, ainda em 2010, 10,9% do total de vagas para ingressantes fossem reservadas a alunos cotistas nas universidades federais e 15,3%, nas estaduais. “Do total de vagas para ingressantes

O relato da atriz Luana Xavier, parte do Projeto Senti na Pele, lançado em 2015, revela quantas vezes a pessoa negra é calada pelo preconceito



nas universidades federais, 3,8% previam o critério racial. Nas estaduais, as vagas com critério racial eram 4,1%”, escreveu, informando que o ano de 2010 registrou um total de 408.562 discentes, sendo 44.398 cotistas.

Ele atribuía o crescimento de pessoas negras nas universidades a movimentos de pré-vestibulares comunitários para negros e carentes, a iniciativas públicas como o Programa Universidade Para Todos (Prouni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), às ações afirmativas que vieram sendo adotadas pelas instituições públicas de ensino superior ao longo dos anos e, na sequência, à Lei 12.711/2012, que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos – a metade das vagas reservadas às cotas são para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e a outra metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, leva-se em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e

indígenas no estado, segundo o IBGE. “Desse modo, no somatório desses vetores, entre as décadas de 1990 e 2000, o crescimento do número de estudantes de ensino superior brancos foi de cerca de 170% e o dos pretos e pardos de mais de 400%”, disse ao Geledés.

Dado o modo pelo qual o sistema universitário de ensino do Brasil seleciona os seus alunos, a política de cotas, segundo Paixão, permite a curto prazo garantir uma maior diversidade social e étnica no corpo discente. Em segundo lugar, a geração dessa diversidade é importante para os jovens beneficiários diretamente pela medida, bem como para a própria universidade que, uma vez recebendo um público mais diversificado, poderá aprimorar sua própria agenda de estudos, pesquisas e extensão. Em terceiro lugar, que diz respeito a uma dimensão sistêmica da medida, a política de cotas implica maior quantidade de jovens nas universidades provenientes de ambientes social, étnica e racialmente discriminados, representando uma maior diversidade, política e cultural para o sistema democrático do país. “Por outro lado, é importante que jamais seja perdido de vista o sistema de ensino básico no país como um todo. Isso implica a necessidade permanente de debate sobre a qualidade do sistema de ensino público, o montante de recursos públicos a ser alocado na educação, bem como no combate às diversas

formas de discriminação dentro do ambiente escolar (étnica, racial ou de cor, cultural, religiosa e de orientação sexual), que sabidamente têm um efeito negativo sobre os jovens vitimados por tais agressões”, concluiu.

O professor do Coletivo Negro Minervino de Oliveira de São Paulo, Willian Meneses, no entanto, sugere cuidado na análise das ações afirmativas. Primeiro, ele ressalta a contradição de essa expansão do acesso no Brasil se dá por meio de instituições privadas de ensino, por se tratarem, em geral, de instituições integradas a um projeto de desmantelamento do ensino superior universal e gratuito, que opera por meio da transferência de recursos públicos. Além disso, ele acha importante não perder de vista os limites da educação no enfrentamento ao racismo. “As ações afirmativas devem fazer parte da luta política, sem acharmos que isso irá pôr fim aos nossos problemas ou que incorramos no risco de retroalimentar uma convicção aristocrática de que o problema do desemprego ou da violência reside exclusivamente na falta de educação”, orienta, afirmando que a opressão a que a população negra está submetida é que gera as piores estatísticas sociais. “Do contrário, continuaremos achando que somos responsáveis pelas condições terríveis e trágicas pelas quais passamos, porque não nos esforçamos ou não estudamos”, acrescenta.

### Por representação nos currículos

“Na escola, é preciso que todos procurem saber sobre a lei, que é obrigatória a inclusão no currículo da história da África. É preciso que todos os professores, independentemente da disciplina, tratem da cultura africana. Quando um professor rompe com o eurocentrismo que me exclui, eu me sinto mais representada”. O desabafo é de Letycia Cavalcanti, aluna negra do 3º ano do ensino médio integrado ao curso técnico de Gerência em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e se refere à Lei 10.639/2003, atualizada pela Lei 11.645/2008, que trata da obrigatoriedade de inclusão do tema ‘História e Cultura Afrobrasileira e Indígena’ no currículo oficial das redes pública e privada de ensino. Muniz Ferreira, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), lembra que, a despeito da baixa aplicação, a lei busca proporcionar à população afrobrasileira o conhecimento de um passado que foi a ela negado durante séculos. “Na década de 1990, eu trabalhei em Campo Grande (MS), onde orientei alunos em uma pesquisa em uma comunidade quilombola, que formulou um mito baseado na passagem bíblica de Adão e Eva para explicar o surgimento daquela comunidade, quando, na verdade, o quilombo é fruto da luta dos escravos”, exemplificou.

Na própria EPSJV, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 estão ganhando mais visibilidade a partir do projeto Sankofa, lançado em outubro do ano passado como passo



Vestida de Carolina Maria de Jesus, a aluna Ana Beatriz da Costa se prepara para nova edição do projeto Sankofa na EPSJV/Fiocruz

inicial para a construção de um Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi) na Fundação Oswaldo Cruz. O projeto, além de potencializar os estudos, as pesquisas e as atividades escolares e extraescolares sobre as relações étnico-raciais, promoveu a reflexão sobre a efetiva implantação da legislação para a valorização da cultura das populações afrobrasileiras e indígenas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. A aluna Letycia, que fez parte da coordenação do Sankofa, revela que o tema da cultura africana costuma ser mais abordado pelas disciplinas de humanas e que superar isso é um desafio.

Valéria Carvalho, professora-pesquisadora da EPSJV e também coordenadora do Sankofa, observa, de um modo geral, que uma das grandes dificuldades de implantação da lei é a formação dos professores. “Temos professores bastante engajados na perspectiva étnico-racial, na luta contra o racismo. Alguns, porém, acham que não têm formação para tratar do tema, outros acham que têm dificuldade de acesso a materiais didáticos”, justifica. A professora de educação física da EPSJV, Nathalia Rocha, que integrou também o Sankofa, confirma: “Eu sou formada em educação física e o meu currículo nunca tratou das questões étnico-raciais”. Ela cita o ensino da capoeira como exemplo desse quadro, informando que na formação universitária, geralmente, a atividade de origem africana perde sua identidade e seu caráter popular, dando lugar a práticas de movimentos biomecânicos.

Nathalia acredita que a legislação sobre a inclusão da cultura africana nos currículos não dá conta de anos de exclusão da população negra e sua história, uma vez que o racismo é estrutural. “Mas a lei constrange a sociedade, pois sinaliza no tempo e no espaço uma luta antiga do mo-

vimento social negro. No mínimo, a lei traz um reconhecimento normativo da cultura africana”, defende. O mesmo avalia a também professora-pesquisadora da EPSJV, Daniela Egger, de Geografia: “A lei não vem para dar conta da exclusão, mas para tensionar o debate”, conclui.

Para a servidora do Colégio Pedro II (CPII) e militante do movimento negro, Mharly Ôgun Mejire Azevedo, mestranda em Filosofia Africana Antiga pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), a população negra ainda “engatinha quanto ao reconhecimento de sua identidade a partir do currículo”. “Falo de um lugar em que me insiro, de uma escola pública, de ensino fundamental I e II e ensino médio, bastante avançada no debate da inclusão da história e da cultura afrobrasileira, mas que ainda assim apresenta currículo bastante deficiente nesse sentido”, afirma.

Segundo Mharly, a cultura afrobrasileira nos currículos escolares se resume em grande parte ao folclore e à religião e desconsidera que a cultura negra remonta a milhares de anos antes da era cristã, que dela também fazem parte a gastronomia, a literatura e as artes, por exemplo. “Isso porque a cultura africana foi vítima de um epistemicídio”, explica, referindo-se a um termo bastante usado por pelo pesquisador português Boaventura de Sousa Campos para analisar a influência da colonização europeia (branca) sobre os processos de produção e reprodução da vida – em resumo, entende-se por epistemicídio a destruição de conhecimentos, saberes e culturas não assimiladas pela cultura branca ocidental. Para ela, a lei, ainda que incipiente na prática, mostra os caminhos e aponta diretrizes. “Tirar a lei do papel requer, portanto, investimento do Estado”, sentencia.

### O topo do trabalho é branco

“Só alcançaremos uma equiparação salarial entre negros e brancos em 2089, 200 anos depois da abolição da escravidão no Brasil. Isso se a desigualdade continuar diminuindo no ritmo que está”. O alerta feito pela diretora-executiva da ONG britânica Oxfam, Katia Maia, em novembro de 2017, como resultado da pesquisa ‘A distância que nos une - Um retrato das desigualdades brasileiras’, chama atenção para o funcionamento do racismo estrutural no mundo do trabalho. De acordo com o relatório, os brasileiros brancos ganhavam em média, em 2015, o dobro do que os negros: R\$ 1.589, ante R\$ 898 mensais. Além disso, 67% dos negros no Brasil estão incluídos na parcela dos que recebem até 1,5 salários mínimos (cerca de R\$ 1.400), enquanto entre os brancos o índice fica em 45%. A conta foi feita com base em dados do Ipea e da Pnad, considerando rendimentos como salários, benefícios sociais, aposentadoria, aluguel de imóveis e aplicações financeiras, entre outros

Ainda segundo o IBGE, no ano passado, a crise e a onda de desemprego atingiram com mais força a população negra brasileira: eles são 63,7% dos desocupados, o que corresponde a 8,3 milhões de pessoas. Com isso, a taxa de desocupação de pretos e pardos ficou em 14,6%; já entre os trabalhadores brancos, o índice foi de 9,9%. De acordo com Instituto, no terceiro trimestre de 2017, o rendimento médio de trabalhadores negros foi de R\$ 1,5 mil e o dos brancos, R\$ 2,7 mil. Ainda segundo pesquisa do Instituto Ethos, realizada em 2017, alcançar posições mais altas em uma empresa é muito mais difícil para a população negra. Segundo o levantamento, pessoas negras ocupam apenas 6,3% de cargos na gerência e 4,7% no quadro executivo. Ou seja, embora a população negra do país seja majoritária em relação à população total, o lugar a ela reservado é sempre de subalternidade.

Essa sub-representação é mais marcante entre mulheres negras: elas preenchem apenas 1,6% das posições na gerência e 0,4% no quadro executivo. A situação só se inverte nas vagas de início de carreira ou com baixa exigência profissional, como em nível de aprendizes (57,5%) e *trainees* (58,2%). “Nós precisamos entender sempre que a escravidão não é parte do passado. Ela corresponde a um processo de acumulação que proporcionou o ingresso desse país na divisão social do trabalho. Todo o progresso econômico de desenvolvimento do país foi feito à custa do escravismo”, explica Willian Meneses. Segundo ele, a relação ‘senhor e escravo’ permanece viva nos dias atuais.

Apesar de avanços conferidos entre 1992 e 2016, segundo o relatório de Estatísticas de Gênero do Instituto Geledés, divulgado em abril deste ano com base na Pnad Contínua, quando se trata da mulher negra, a igualdade está longe no trabalho e na política. Representantes como Marielle Franco – mulher negra e militante dos direitos humanos, nascida na Favela da Maré, que foi a quinta vereadora mais votada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), executada a tiros dentro do seu carro em 14 de março deste ano – são apenas 5% do total de candidatos eleitos para as câmaras municipais em 2016, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. Por sua vez, elas têm só 3% das prefeituras, contra 8% de mulheres brancas, que são também sub-representadas por sua condição de gênero. Enquanto isso, homens brancos tiveram 63% de representação nas eleições municipais de 2016.

A desigualdade expressa no mundo do trabalho agrava ainda mais a situação de pobreza do país: entre os 7,4 milhões de moradores de domicílios onde vivem mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos até 14 anos, 64% estavam em situação de pobreza em 2016, conforme identificou a Síntese de Indicadores Sociais (SIS

2017) do IBGE. Segundo o levantamento, que usa o critério adotado pelo Banco Mundial, considerando pobres nos países em desenvolvimento quem ganha menos do que US\$ 5,5 por dia – ou seja, uma renda domiciliar per capita de cerca de R\$ 387 por mês –, no Brasil, 64,9% tinham restrição de acesso a pelo menos um dos direitos analisados – à educação, à proteção social, à moradia adequada, aos serviços de saneamento básico e à internet. E, novamente, os moradores de domicílios compostos por mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos até 14 anos são o grupo mais vulnerável (81,3%).

Trata-se, neste caso, segundo o sociólogo Ruy Braga, professor da Universidade de São Paulo, de fronteiras de trabalho excludentes, ou seja, da criação de uma força de trabalho especialmente negra para ser explorada pelas empresas. “O racismo tem a ver com o processo de exploração e de criação de uma raça subalternizada, de trabalhadores destituídos de direitos, muitas vezes recebendo salários miseráveis, submetidos a longas jornadas de trabalho”, explica. E completa: “A exploração e a espoliação a que os negros estão submetidos no Brasil é um pouco mais grave em face de seus traços históricos, por ter sido o último país do Ocidente a abolir a escravidão e, ao mesmo tempo, pelo fato de ser um dos países mais desiguais do mundo”, completa.

### Por dentro das instituições

“Trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. A definição de racismo institucional, dos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, data do ano de 1967 e já especificava como o racismo manifestava-se nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Como apontam vários estudiosos e militantes do movimento negro, o racismo institucional no Brasil se desdobra em duas grandes vertentes: a discriminação e o preconceito racial. “O racismo consistiria em uma manifestação ideológica, pautada em um processo ininterrupto de destruição dos atributos de certos grupos de pessoas”, resume Willian Meneses, que se dedica à construção de uma compreensão marxista do racismo no Brasil.

De acordo com o professor, o racismo sobrevive à passagem do tempo, fortalecendo ideias como ‘o branco é belo e o negro é feio’, ‘o cabelo do branco é bom e o do negro é ruim’, ‘a cultura dos negros é bárbara e a dos brancos é civilizada’, fazendo com que tais adjetivos se tornem a própria definição do negro. “A isso se soma um processo profundo e ininterrupto de alienação que surge com o período de transição do escravismo para as relações do regime de trabalho livre assalariado”, acrescenta.

Para Willian, o fato de o mercado absorver reivindicações e demandas específicas da população negra, produzindo, por exemplo, produtos de beleza para pessoas pre-

tas e pardas, implica apenas um processo de segmentação mercadológica. “O mercado apenas percebeu que negros e negras são a maioria da população e que entre eles há um mercado produtivo”, sentencia. Trata-se, segundo ele, de uma conformação da própria indústria, tendo em vista a identificação de um amplo mercado consumidor dotado de particularidades. “Se, de um lado, o mercado produz para o negro, do outro, destina à população negra apenas empregos no âmbito de serviços, os subempregos, quando não o desemprego, ou as relações de trabalho extremamente precarizadas”, critica.

Ainda que a etnia seja o primeiro ponto de análise sobre o racismo, Willian entende que se trata também de uma questão de classe. “Nós temos uma longa tradição de intelectuais, inclusive intelectuais negros, que se utilizaram da análise marxista e suas categorias para compreender a conformação social histórica e política dos seus respectivos países. No Brasil, temos exemplos como Clóvis Moura, Aydano do Couto Ferraz, Édison Carneiro e Arthur Ramos. Pela América Latina, José Carlos Mariátegui, Eric Williams, autor de ‘Capitalismo e Escravidão’, e Cyril Lionel Robert James”, elenca. De acordo com Willian, pistas sobre esse atravessamento das questões de classe no racismo aparecem no próprio livro ‘O Capital’, quando explica o processo de expansão mercantil e de colonização, e mostra como isso fez com que as relações capitalistas de produção coexistissem por um longo período histórico com a escravidão.

Para Muniz, o racismo tem sido um instrumento de dominação de classe, de exploração econômica e social. Ele alerta, no entanto, que identificar uma base material do racismo nas relações capitalistas de produção e na exploração de classe não significa reduzir o problema do racismo a uma análise do capitalismo. “O racismo se dá por meio de elementos superestruturais, culturais e ideológicos. Seria, portanto, absolutamente inusitado imaginar que a sociedade brasileira, apoiada em três séculos de escravidão, tratando o trabalhador negro como objeto, de uma hora para outra passasse a cultivar representações positivas sobre o negro apenas resolvendo o problema das relações de classe”, resume. Para ele, a superação do racismo reside em um debate sobre universalização dos direitos sociais, de cidadania e econômicos, buscando equidade para a população negra e “tornando iguais aqueles que sempre foram diferentes e subjulgados”.

Ruy Braga concorda: “É claro que os efeitos culturais do racismo são deletérios e devastadores da psicologia dos indivíduos, e eles precisam ser enfrentados. Entretanto, não se pode reduzir a questão do racismo estrutural à raça/cor. Trata-se de entender esse fenômeno em uma sociedade organizada em torno das classes sociais, voltada essencialmente para a acumulação de capital”, orienta. O

## UNIÃO TOTAL DE BENS

Ações casadas abrem cada vez mais espaço para a iniciativa privada na educação básica

Ana Paula Evangelista

Ações articuladas em diversos setores no Brasil indicam uma aproximação cada vez maior entre o público e o privado. Na educação não é diferente. Entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio foi definida por muitos especialistas como a mais nova expressão do empresariamento na educação básica no país. Essa e outras ações, como a nova Política de Formação de Professores, a reformulação das Diretrizes Nacionais Curriculares (DNC) do Ensino Médio e a própria Reforma do Ensino Médio, formam um conjunto coerente de medidas que acendem um alerta para os defensores da escola pública.

Necessária para que a reforma do ensino médio, de fato, entre em vigor, a BNCC é o instrumento que apontará as diretrizes do que se espera que os alunos aprendam. É só a partir daí que estados, municípios e a rede privada poderão elaborar seus currículos. A proposta da BNCC do Ensino Médio, que passará por audiências públicas e ainda pode receber sugestões, traz como principal mudança o fato de a divisão do currículo passar a ser por áreas. Atualmente, o currículo do ensino médio é composto por 13 disciplinas obrigatórias. De acordo com a Reforma do Ensino Médio, 60% da carga horária na etapa final da educação básica será preenchida pelos conteúdos estabelecidos na BNCC e o restante será dividido em cinco itinerários formativos entre os quais o estudante poderá optar: linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino profissional. Ou seja, o aluno poderá compor 40% de sua grade com um currículo complementar de acordo com os itinerários oferecidos pela escola, que não é obrigada a ter opções em todas as áreas.

“A Lei 13.415 amarra a implementação da contrarreforma [do ensino médio] à homologação da BNCC e dá o tom do que vai orientar o conteúdo da formação,

da organização curricular do ensino médio, que terá como prioridade os conteúdos de ensino exigidos por exames como o Pisa, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que pautarão também a formação dos professores”, resume Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Para Marise, a forma como a Base está regulada, com ênfase em Língua Portuguesa e Matemática em detrimento de todas as outras áreas científicas, deixa explícito um escalonamento de quais ciências se considera mais importantes para a formação da juventude. “Trata-se de uma formação requerida pelo mercado, de caráter pragmático e flexível. E, nesses termos, as instituições privadas são as mais sensíveis para adotar esse modelo, porque também torna a sua mercadoria, a educação, mais flexível, mais consumível”, afirma a professora.

O documento prevê que as três mil horas do ensino médio sejam divididas em duas partes: 1.800 horas para os conteúdos das quatro áreas do conhecimento – linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, sendo que apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática aparecem como componentes curriculares, ou seja, disciplinas obrigatórias para os três anos do ensino médio – e 1.200 horas para os itinerários formativos. O MEC vai disponibilizar nos próximos meses um guia de orientação para apoiar os estados e as escolas na elaboração dos itinerários. Os alunos poderão também optar por uma formação técnica, que poderá ser cursada dentro da carga horária regular do ensino médio – e não como educação profissional integrada, com carga horária própria, como já fazem, por exemplo, os Institutos Federais e a própria EPSJV/Fiocruz. Os itinerários correspondem à parte flexível do currículo, o que significa, de acordo com o texto da proposta da BNCC, que as “escolas devem adotar a organização curricular que melhor responda aos seus contextos e suas condições: áreas, interáreas, componentes, projetos, centros de interesse”. Nesse caso, as aulas poderão ser em forma de oficinas, fóruns, debates e poderão ser ministradas em outros ambientes fora da escola.

### O pote de ouro

Com uma carga horária menor do que o ensino superior e norteada por uma nova legislação, a educação básica se tornou o foco de grandes grupos empresariais que já atuavam em outros segmentos. No último dia 23 de abril, por exemplo, a Kroton Educacional, líder no setor de educação superior privada no Brasil, anunciou a fusão com a Somos Educação, da Tarpon Gestora de Recursos, o maior grupo de educação básica do Brasil, num negócio de R\$ 4,6 bilhões. A Somos Educação tem escolas próprias, cursos pré-vestibulares e de idiomas, além de sistemas de ensino e livros que são vendidos como “soluções” educacionais. É dona das editoras Ática, Scipione e Saraiva, do Anglo, da escola de inglês *Red Ballon*, também atua na educação técnica na produção de conteúdos e programas de aprendizagem desde 2015, incluindo o Programa Melhor Aprendiz, do Ministério do Trabalho.

Segundo matéria publicada pelo portal G1, a união dos negócios gerou uma companhia com 3.451 escolas próprias e parceiras, 37 mil alunos em escolas próprias; 1,2 milhão de alunos em escolas particulares parceiras; 33 milhões de alunos de escolas públicas por meio do Programa Nacional do Livro Didático; 25 mil alunos em cursos de idiomas; 95 mil profissionais no ensino privado e 1,7 milhão de professores da rede pública usuários de produtos e serviços da Saber, “holding de educação básica da Kroton criada exclusivamente para se dedicar ao ‘mercado’ de

educação básica”, como define a assessoria de imprensa da empresa.

E essa foi a segunda aquisição da Kroton em menos de um mês. No dia 10 de abril, a companhia anunciou a compra do Centro Educacional Leonardo Da Vinci, em Vitória (ES), por valor não divulgado, como parte dos planos de entrada nesse segmento. Na apresentação da operação divulgada no dia 23, a Kroton destaca que o mercado de educação básica no Brasil é 83% maior que o de ensino superior. A empresa avalia que esse mercado movimenta R\$ 101 bilhões (R\$ 96 bilhões em mensalidades e R\$ 5 bilhões em livros didáticos). E, ainda segundo a companhia, após a conclusão da aquisição da Somos, a educação básica representará cerca de 28% da sua receita. Em seu site, a Kroton informa que “atua de forma integrada e diversificada, operando duas escolas próprias (Colégio Pitágoras Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG e a nova aquisição Centro Educacional Leonardo Da Vinci) e provendo serviços de educação, tecnologia de ensino e material didático para uma rede de mais de 800 escolas associadas”. “É importante lembrar que o programa original, na época que o Michel Temer compôs a chapa com a Dilma Rousseff, já previa o uso do Fies [Financiamento Estudantil] para a educação básica. E a rigor, o que nós estamos percebendo é que a entrada desses grandes fundos de investimento objetiva a ocupação de um novo nicho de mercado que é muito importante e que hoje basicamente está sobre controle público”, contextualiza Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Marise explica que, de fato, 85% dos estudantes da educação básica estão na rede pública, mas ressalta que uma parcela expressiva desse montante pertence a uma classe média baixa que faria de tudo para matricular seu filho em uma escola particular. “É essa fatia de mercado que interessa. A baixa qualidade da escola pública é de interesse dos grandes grupos privados. Parece que o ensino médio se torna mais atraente, mais lucrativo do que o ensino superior”, argumenta.

Mônica Ribeiro, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e integrante do Movimento em Defesa do Ensino Médio, concorda e argumenta que as recentes mudanças políticas facilitam esse caminho. “O setor empresarial já está anunciando que vai atuar em várias frentes, na produção de materiais, na formação de professores para implantação da Base. Temos um escancaramento do setor privado dentro do setor público”, lamenta.

### Educação distante

Além da BNCC, o Conselho Nacional de Educação tem em mãos outra tarefa importante: propor as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. As diretrizes curriculares são normas da educação básica que orientam



CNE recebe do MEC proposta da BNCC

as escolas, inclusive particulares. “Regulamentar via atualização das diretrizes curriculares, que estão vigentes desde 2012, significa regulamentar vários dispositivos que estão na Lei da Reforma do Ensino Médio e na BNCC”, afirma Cesar Callegari, integrante da Comissão do Ensino Básico do CNE. O documento, que ainda segue em discussão no Conselho, foi divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo em março. Um dos pontos que gerou mais críticas foi a possibilidade de se abrir 40% do currículo para a educação à distância. Coincidência ou não, esse número é exatamente o mesmo que corresponde à parte flexível do currículo, os tais itinerários formativos. Para Callegari, a Reforma do ensino médio já abre caminho para que 100% da formação seja feita à distância. Nesse cenário, na sua avaliação, o CNE estaria propondo ‘apenas’ uma limitação do que está previsto na nova lei, já que as atuais diretrizes curriculares garantem que o ensino médio seja sempre presencial. Mas não há um consenso sobre essa interpretação. “A lei não fala isso, nem 100% nem 10%. Traz a informação de que será permitida a realização de parcerias com entidades da área da educação à distância para ofertar parte do currículo do ensino médio, mas não diz qual é o percentual porque isso passou a depender de regulamentação”, entende Mônica.

De todo modo, Callegari ressalta que esse não é o único argumento usado na defesa da EaD nesse caso. “Outra justificativa utilizada foi a experimentação do uso de tecnologias, o que permitiria que recursos públicos, inclusive os do Fundeb, sejam utilizados para a realização de convênios e contratos com instituições de educação profissional, inclusive o Senai. Ou seja, privilegiando grandes grupos econômicos que acessarão recursos públicos, em detrimento do fortalecimento da escola e da aprendizagem coletiva, que é fundamental nesta idade escolar”, critica.

A referência ao Senai não é por acaso. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial tem como diretor geral Rafael Lucchesi, que também é relator da comissão que dis-

cute a reformulação das DNC no CNE. Segundo Eduardo Dechamps, presidente do CNE, Lucchesi “trabalhou numa proposta de resolução fazendo o ajuste das diretrizes à lei. Ele basicamente transpostou o que está na lei para dentro das Diretrizes”. Sobre um possível conflito de interesses pela sua relação com o Senai, ele defende o conselheiro: “Eu nunca vi o Rafael misturar funções nesse processo. Acho que ele é muito comprometido com a educação de qualidade e há um entendimento dentro do CNE de que a educação precisa ser trabalhada sob um aspecto bem amplo. É óbvio que será dada preferência para a questão pública, mas ao mesmo tempo não dá para desconhecer no país hoje a atuação importante de entidades privadas que têm contribuído muito com a qualidade da educação”.

Já quando perguntado sobre como foi definida a porcentagem do currículo que poderia ser oferecido à distância, Deschamps é evasivo. “Esses 40% foram um número que surgiu lá. Mas não é algo que esteja minimamente debatido, não está nem finalizado ou estabelecido se vai valer para os itinerários formativos, ou se vai valer para a parte obrigatória. É um número aleatório”, diz. Callegari problematiza. “Os recursos tecnológicos hoje disponíveis inclusive para área de educação à distância devem ser colocados a favor da escola, nunca para substituí-la e nunca para substituir os professores. A porcentagem tem que ser zero”. Na época em que a informação foi divulgada pela Folha, o então ministro da Educação, Mendonça Filho, disse que vetaria a proposta. Em abril, a pasta foi assumida por Rossieli Soares da Silva.

### O fio condutor

Some-se a todo esse cenário o lançamento de uma Política Nacional de Formação de Professores, anunciada pelo MEC em 18 de outubro do ano passado. O ponto de partida da iniciativa, segundo o Ministério, foram os dados do último Censo da Educação, divulgado em 2016, que mostram que, dos quase 2,2 milhões de professores da educação básica, mais de 480 mil só possuem ensino médio e mais de seis mil, apenas o fundamental. Cerca de 95 mil têm formação superior, mas sem cursos de licenciatura. Apenas 1,6 milhão possuem formação em licenciatura, porém muitos desses não atuam em sua área de formação. A partir desses dados, o MEC propôs um conjunto de medidas que incluem: a criação de uma Base Nacional Docente, que vai nortear o currículo de formação de professores no país e terá em sua proposta a colaboração de estados, municípios, instituições formadoras e do CNE; a criação de uma Residência Pedagógica (PRP); e a ampliação do Prouni, de modo que professores e o público em geral possam fazer cursos de licenciatura sem precisar comprovar renda.

Como desdobramento dessas propostas, em 1º de março deste ano foram lançados pela Coordenação de Aperfei-



çoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) os editais nº 6/2018 e nº 7/2018, que estabelecem, respectivamente, chamadas públicas para apresentação de propostas ao Programa de Residência Pedagógica e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). No entanto, dia 12 de março eles sofreram alteração para que Instituições de Ensino Superior privadas com fins lucrativos que possuem licenciaturas participantes do Prouni pudessem participar do PRP – do Pibid, que é mais voltado para a iniciação à docência do que para a prática em sala de aula, elas já estavam previstas desde 2013.

“Com esses processos de formação por meio das parcerias público-privadas, nós vamos ter professores ajustados a uma racionalidade de que as escolas devem receber as cartilhas que os grupos econômicos vão preparar e que eles devem ser meros aplicadores dos kits e suportes tecnológicos. É algo muito preocupante”, diz Leher.

Em crítica ao programa, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) identificou uma estreita relação entre a proposta de Residência Pedagógica lançada pelo MEC e a BNCC. “O edital do Programa de Residência Pedagógica é explícito ao definir que um de seus objetivos é promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da BNCC. A exigência de que a BNCC seja parte do projeto institucional (...) incorre em uma visão reducionista da formação de professores uma vez que reduz a formação docente a um ‘como fazer’ descompromissado de uma concepção sócio-histórica e emancipadora”, diz a entidade, que também aponta como consequência desse processo a precarização do trabalho docente nas instituições formadoras.

## Barganha

Uma preocupação apontada pelos entrevistados da Poli é que esses processos podem reduzir a autonomia das instituições públicas por meio de barganha orçamentária. E eles alertam que isso pode mirar, inclusive, naquelas que têm historicamente um posicionamento mais crítico em relação à concepção de educação que tem prevalecido nessas políticas, como é o caso dos os Institutos Federais (IFs). Em 23 de fevereiro deste ano, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), convidou nove reitores de Institutos Federais para uma reunião em Brasília, para tratar da implantação da Reforma do Ensino Médio. Selecionados não se sabe por que critérios, os institutos chamados foram: Goiás (IFG), Paraná (IFPR), Espírito Santo (IFES), Sertão de Pernambuco (IFSertãoPE), Amazonas (IFAM), Mato Grosso do Sul (IFMS), Paraíba (IFPB), Santa Catarina (IFSC) e Triângulo Mineiro (IFTM).

Para Luiz Augusto Caldas, ex-presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e professor do Instituto Federal Fluminense, é preocupante que a Setec e a SEB tenham escolhido alguns Institutos Federais com a finalidade de envolvê-los na construção de propostas curriculares de acordo com a Reforma do Ensino Médio. “Há implicações institucionais na relação do MEC com os Institutos Federais que poderiam explicar tal iniciativa. Não obstante, é inconcebível que qualquer movimento dessa natureza não alcance a Rede como um todo. Diante disso, há razões para se imaginar que esse tipo de atitude tem intenções divisionistas e obviamente não deveria contar com a ‘gentileza’ de qualquer um dos Institutos Federais. Infelizmente, a realidade exige mais do que nunca um comportamento político, unificado e solidário da Rede Federal, pois a meu ver a Reforma do Ensino Médio é parte de um processo mais amplo de desconstrução que ameaça os Institutos Federais”, alerta. Para Luiz Caldas, a atual equipe gestora do MEC se alinha à concepção de Educação Profissional voltada para o pragmatismo e instrumentalização dos indivíduos na perspectiva de atender os interesses estritamente utilitaristas do mercado. “Fora isso, são reais as dificuldades atuais da Rede Federal, com queda de orçamentos de custeio, escassez de recursos para investimentos e conclusão de projetos anteriormente contratados”, diz.

Monica Ribeiro ressalta ainda que, desde a sua fundação, os Institutos Federais têm legislação própria para a oferta de Ensino Médio integrado ao curso Técnico Profissional. Caso a Reforma seja implantada nos IFs, diz, isso seria perdido. “A Lei da Reforma propõe que itinerário técnico profissional pode ser ofertado de várias formas. No entanto, as escolas públicas das redes estaduais não têm condições para ofertar. Logo, isso será feito por meio parcerias com o setor privado ou com setor público por convênio com um IF, por exemplo”, explica.

Preocupação semelhante tem mobilizado também a EPSJV/Fiocruz. “A combinação da Reforma do Ensino Médio com a atual proposta da BNCC ataca diretamente o nosso projeto político-pedagógico e as bandeiras de luta de todo um campo progressista da educação no qual a EPSJV se inclui. Junto com os Institutos Federais e outros atores, nós sempre defendemos a integração curricular entre conteúdos da educação básica e da educação profissional porque acreditamos que o papel da escola, principalmente da escola pública, é oferecer a formação mais ampla possível, que permita aos jovens compreenderem os fundamentos da ciência e as relações sociais em que estão inseridos”, enfatiza a diretora da EPSJV, Anakeila Stauffer, que completa: “Entendemos que nosso dever é construir uma educação pública, laica e gratuita que reflita o interesse do povo e não o interesse das grandes corporações”. ◊

## 'MOVIMENTOS QUE QUESTIONAM GERAM UMA REAÇÃO CONSERVADORA'

Cátia Guimarães



Em 1968, houve movimentos no mundo todo, com destaque para o Maio, na França. Como você definiria aquele movimento no que ele teve de comum nos diversos cantos do mundo?

Maio de 68 na França, em particular, e os movimentos de 68 em geral, no mundo todo, remetem a uma época de esgotamento da polarização da Guerra Fria. Havia insatisfação com as instituições, tanto no lado ocidental como no bloco socialista. Então aparecem manifestações, movimentos de crítica e de transformação, que vão desde movimentos pacifistas, como o movimento *hippie*, até movimentos armados, como os Panteras Negras. O que une esses movimentos é uma certa premissa da necessidade de transformações sociais. Mais do que isso: havia a sensação de que essas transformações estavam ao alcance das mãos, de que era possível fazer uma grande mudança, ao mesmo tempo, na política, na mentalidade e no cotidiano das pessoas. Eu costumo dizer que 1968 não foi só um ano, mas uma época. E, na América Latina, ela vai da revolução Cubana de 1959 até a queda do Salvador Allende no Chile, em 1973.

Houve alguma coisa que disparasse isso?

Uma interpretação equivocada é tomar o Maio francês como o grande detonador de tudo. Os movimentos de 68 foram muito multifacetados e descentralizados. Embora aquele evento tenha ganhado muita repercussão – especialmente porque contestou o poder a ponto de gerar a maior greve geral da França –, não houve um centro exclusivo. No Brasil mesmo, o assassinato do Edson Luiz, que marca o nosso 68, foi anterior ao Maio francês. É interessante, por exemplo, como o jornal *Le Monde* de 1968 noticiava o que estava acontecendo no mundo todo, inclusive no Brasil. Noticiava o movimento estudantil no México, que culminou com o assassinato de dezenas de pessoas na Plaza de Tlatelolco; acompanhava o que estava acontecendo na Primavera de Praga; acompanhava o que acontecia nos Estados

MARCELO RIDENTI

Estudantes ocupando as universidades e montando barricadas para enfrentar a polícia nas ruas de Paris: essa é a imagem clássica do que entrou para a História como o 'Maio de 68', que agora completa 50 anos. Aparentemente, tudo começou com uma reivindicação por reformas educacionais que foram reprimidas pelo governo. Concretamente, um conjunto muito mais amplo de insatisfações resultou numa greve geral com adesão de 10 milhões de trabalhadores, que pararam a França. Não foi só ali, nem só por isso ou aquilo: 68 foi grande demais para se reduzir a um lugar, um personagem, um motivo, um legado.

Nesta entrevista, o professor de Sociologia da Unicamp Marcelo Ridenti explica que se tratou de um movimento mundial, uma "época", marcada pela polarização da Guerra Fria, pelo horror da Guerra do Vietnã, pelas revoluções de libertação nacional no Terceiro Mundo e pelo questionamento a todas as instituições, desde os partidos políticos até a família tradicional.

Ridenti mostra como, passadas cinco décadas, a herança de 68 ainda está em disputa: foi um momento revolucionário ou o germe do individualismo e do neoliberalismo que viria depois? Situando a influência daquele movimento no Brasil da ditadura e no momento atual, ele mostra como a sombra de 68 ainda paira sobre formas atuais de mobilização como a que aconteceu, por exemplo, nas Jornadas de Junho de 2013.

Unidos – 68 foi o ano da morte de Martin Luther King e de Bob Kennedy, teve o movimento dos Panteras Negras, o caso daqueles atletas americanos que cerraram o punho na olimpíada do México e perderam a medalha... Os movimentos eram noticiados de um lugar para outro e se interinfluenciavam mutuamente. E cada um era diferente. Tinha desde os grupos do ‘paz e amor’ até as guerrilhas na América Latina e as guerras de libertação na África.

### A despeito do esgotamento da polarização produzida pela Guerra Fria, Maio de 68 dialogou com o sonho socialista, com o sonho da emancipação humana?

Tem muita diversidade aí também. Havia, por exemplo, os países que estavam promovendo movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo, que pareciam ter uma via para o socialismo diferente da soviética. Cuba é um exemplo. Aliás, 68 em parte sela uma certa decepção por parte de alguns, porque foi o ano em que Fidel Castro apoiou a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética. Em todo caso, havia ainda uma forte influência dessas revoluções de libertação nacional. Era, por exemplo, o caso da Argélia, que tinha se libertado da França em 1962. No Maio Francês, houve muitos grupos de extração maoísta, trotskista, além de anarquistas e do movimento situacionista, que tinha influências surrealistas, misturando arte e política. A gente vê nesses vários movimentos a ebulição de uma esquerda francesa que era alternativa ao Partido Comunista.

### Havia uma rejeição à experiência do socialismo real na União Soviética, naquela ocasião?

Um historiador francês chamado Jean-François Sirinelli disse que, para ele, a principal característica do 68 francês foi ser uma crítica ao comunismo. Eu não concordo, afinal, tanto os trotskistas como os maoístas, por exemplo, se consideravam comunistas, ainda que de outra extração... Se havia uma coisa que unia mundialmente esses movimentos é que todos protestavam contra a Guerra do Vietnã. Acho que esse é um dado importante: havia uma luta anti-imperialista.

Havia muitas características comuns. Vários países, inclusive na América Latina, inseriam-se em um contexto mais amplo de final de ciclo de grande prosperidade do capitalismo em âmbito internacional que trouxe algumas mudanças, como o aumento na escolaridade dos jovens. Houve também um processo de urbanização muito acelerado nas sociedades em geral. No Brasil em particular, conforme o senso de 1960, havia mais gente morando no campo do que nas cidades. No senso de 1970 já tem bem mais gente nas cidades do que no campo. Eu penso que 68 está no coração desse processo das sociedades que se modernizam. O aumento das classes médias, a diversificação das classes trabalhadoras, tudo isso estava em jogo ali em 68, sem contar o próprio avanço tecnológico que se dava mundialmente.

Havia um caráter forte de insubordinação contra autoridades arbitrarias, fosse no bloco socialista ou no mundo dito capitalista ocidental. Para fazer uma formulação sintética, eu diria que 68, com todas as suas faces, foi uma época de questionamento das instituições. Muita gente diz hoje que o movimento gay, por exemplo, tem influência de 68. Mas hoje o movimento gay tem entre suas lutas, por exemplo, o direito ao casamento. Em 68, isso não teria muito sentido. Porque as pessoas eram contra o casamento. A instituição casamento e a família burguesa, como se dizia na época, estavam sendo muito questionados. Mas isso também não quer dizer que toda sociedade fosse assim, tanto que 68 termina com a eleição de conservadores tanto nos Estados Unidos – Nixon – quanto na França – Charles de Gaulle. O Brasil encerra o ano com o Ato Institucional nº 5. Na Tchecoslováquia houve o fim da Primavera de Praga, com a invasão dos tanques do Pacto de Varsóvia. Ou seja, os setores conservadores eram muito fortes nessas sociedades e reagiram à onda de questionamento das instituições.

### A herança de 68 está em disputa ainda hoje dentro da própria esquerda. Há uma interpretação de que havia de fato um desejo de ruptura com feições revolucionárias e há quem classifique como um momento de retrocesso, que gerou o abandono do marxismo e das grandes narrativas em nome de um certo culturalismo e individualismo. Qual a sua avaliação sobre isso?

Tudo isso é possível de ver ali. É uma disputa, você tem razão. Tem aqueles que veem 68 até como uma pré-figuração do ultraindividualismo que depois foi forte, nos anos 80 especialmente, inclusive para os ex-militantes de 68. Aquele movimento tinha um lado hedonista, de realização dos prazeres, que talvez tenha favorecido esse caminho, mas é um erro, a meu ver, analisar o passado como se ele tivesse que necessariamente desembocar no presente. Você pode até dizer que esse ultraindividualismo neoliberal talvez tenha um pé em 68. Mas isso não significa que todas aquelas lutas tivessem que redundar nisso. Elas poderiam ter redundado, e redundaram, em lutas de resistência muito diversificadas, como o feminismo, por exemplo, nos anos seguintes. Eu já falei aqui das lutas de libertação nacional que viriam a triunfar depois, por exemplo, nos países de língua portuguesa da África como Angola e Moçambique, que se tornaram livres. A gente tem sempre que tentar remeter ao contexto da época, que era de ideias revolucionárias – fossem revoluções políticas, existenciais, armadas ou pacíficas, elas estavam no imaginário da sociedade como uma possibilidade imediata ou um horizonte. Era diferente daquela vaga da Revolução Russa, de 1917, mas tinha um sentido de transformações fundas, inclusive no cotidiano das pessoas. Esse é um contexto difícil de se retomar. Hoje prevalece uma ideia quase oposta, de que não tem jeito de se conseguir grandes transformações, parece que a gente tem que se amoldar à realidade dessa or-

dem mundial, porque não tem jeito de escapar. Não era assim naquele tempo. Na minha visão, 68 é simbólico de um questionamento de fundo da ordem social, política, econômica e cultural estabelecida. Um questionamento de coisas que, em parte, não estão resolvidas até hoje. E eu acho que é por isso que 68 continua um símbolo tão forte. Ele não é um símbolo forte porque uma parte daquele movimento se transformou em incentivadora do individualismo numa sociedade neoliberal. O que encanta em 68 é a ideia – para traduzir numa linguagem do começo dos anos 2000 – de que um outro mundo é possível.

**O ano de 1968, principalmente no Maio Francês, traz imediatamente à cabeça a imagem do movimento estudantil, como maior expressão da contestação à ordem. No entanto, você ressalta também a participação do movimento operário que, sobretudo na França, produziu uma greve geral muito importante. Queria que você falasse sobre isso.**

Uma interpretação disseminada é minimizar os aspectos políticos de 68 e realçar os aspectos culturais, no sentido de mudança de comportamento – liberação sexual, experiências com drogas etc. 68 foi as duas coisas, e elas eram indissociáveis. Essa minimização da política traz também a minimização dos atores operários. E, no caso da França, eles foram centrais. Fizeram uma greve que paralisou a França por vários dias. O que ameaçou o poder e fez De Gaulle sair do país para conversações secretas com generais do Exército francês estabelecidos na Alemanha para pensar uma reação não foi o movimento estudantil, mas o movimento operário. Foi algo enorme. Ali o poder esteve em jogo. Em outros países o movimento operário não foi tão destacado. No caso do Brasil, nós tivemos duas grandes greves importantes que foram as primeiras depois do golpe de 64 – o movimento de Contagem, em Minas Gerais, e o movimento de Osasco, na grande São Paulo. E nesses movimentos, no caso de Osasco, por exemplo, muitos líderes operários eram também líderes estudantis. No Brasil, é muito evidente esse caráter político – e até político-partidário, ligado à esquerda clandestina – de 68.

**O fato de estarmos vivendo sob uma ditadura fez diferença para o movimento de 68 no Brasil?**

É muito diferente estar numa situação de países com liberdades democráticas – apesar de ter havido muita repressão policial – ou numa ditadura, ainda que a ditadura com todo o seu arsenal repressivo mais feroz tenha vindo só em dezembro de 1968, depois do Ato Institucional nº 5. Em 68, as lutas nas ruas levavam a se acreditar que era possível derrubar aquele regime, aquela ditadura, fosse pacificamente ou pela via armada. Particularmente no movimento estudantil, havia, ao mesmo tempo, a luta por uma reforma

universitária, por mudanças que fizessem o ensino efetivamente público e gratuito, ampliando o número de vagas e mantendo a qualidade para um número maior de pessoas e, junto com isso, havia a ideia de que era preciso combater a ditadura. Então, não há como tirar o 68 brasileiro do contexto da luta contra a ditadura. Mas ele envolveu também a expressão de desejos de uma juventude que se formava. E aqui tem um dado interessante.

Em 1960, o Brasil tinha menos de 100 mil universitários. Em 1970, já eram mais de 400 mil, uma parte deles foi para o ensino público e uma parte cada vez maior para o ensino privado. Foi um aumento expressivo em pouco tempo. Algo comparável ao que se passou recentemente: no ano 2000, havia menos de 3 milhões de pessoas no ensino superior; hoje são mais de 8 milhões. Houve um acréscimo brutal e rápido no número de estudantes, apesar da qualidade questionável do ensino superior. Como nos anos 60, hoje também 30% dos jovens que estão entrando na universidade vêm de famílias que nunca tinham ingressado na universidade. Na minha opinião, isso é o que tem dado gás nas ruas para todos os movimentos públicos. Tanto nos anos 60 como agora, embora em contextos muito diferentes, nós temos a emergência de atores sociais fortes entre os jovens escolarizados.

**Boa parte da caracterização de 68 lembra muito o que vimos em Junho de 2013 no Brasil. Em textos, você afirma, por exemplo, que as manifestações foram “autônomas e espontâneas, marcadas pela recusa de qualquer organização nos moldes tradicionais”, fala em crítica às instituições e crise de representatividade, afirma o protagonismo dos estudantes. Queria que você comentasse essas semelhanças.**

Não é a mesma coisa, mas tem muitos aspectos em comum. Há semelhança, por exemplo, com o caso francês de 68, onde houve uma certa ascensão social de um setor da sociedade que nunca tinha estado na universidade. Só que as insatisfações da época não eram exatamente as insatisfações de hoje. Mas a base social é parecida: uma juventude que vem das classes médias tradicionais, mas também de setores de classe média que antes não tinham acesso à universidade e mesmo setores populares que chegam ao ensino superior. Lembro que em 2013 alguns se perguntavam por que tantos estavam protestando se havia pleno emprego no país. Mas às vezes a pessoa tem emprego, rala para caramba o dia inteiro, estuda à noite na universidade, paga um curso caro, depois pega um ônibus que também custa caro para voltar para casa... E tudo isso para ganhar um ou dois salários mínimos. Comparando o 2013 no Brasil com o 68 da França, nos dois casos há uma certa promessa de que o acesso ao ensino superior vai abrir portas que na realidade não estão tão abertas. E as pessoas vão se dando

conta disso. No caso de 68 no Brasil, essa questão em parte se resolveu porque houve o milagre econômico da ditadura. Quando as experiências que a gente pode chamar de contra-hegemônicas são derrotadas, os vencedores de algum modo têm que dar respostas a elas porque, se não, fica mais difícil manter a ordem. Em parte por isso, o projeto do milagre econômico envolveu o aumento de vagas nas universidades e o desenvolvimento de uma indústria cultural no país. Foram gerados postos de trabalho que às vezes eram ocupados por aqueles que eram críticos da ditadura. Nas suas ‘memórias’, Jarbas Passarinho fala muito claramente que o projeto do Ministério da Educação era cobrar pelo ensino público mas houve um veto do setor de segurança do regime militar, alegando que isso poderia reacender a chama do movimento estudantil. Ou seja, de algum modo, as lutas ‘derrotadas’ em 68 tiveram reflexos.

### E que diferenças entre esses dois momentos merecem destaque?

Uma diferença grande entre 68 e esse movimento de 2013 é que neste estava presente também um enorme medo dos setores que tradicionalmente eram beneficiados com as políticas estatais. O medo de uma certa classe média mais tradicional, que se sentiu muito ameaçada por mudanças em curso. O ensino superior aumentou muito o número de vagas, houve a entrada dos negros e de gente que vinha de baixo através das cotas. E, ao mesmo tempo, os empregos ficaram mais ou menos os mesmos. Um filho de classe média hoje não tem mais a mesma garantia de outras gerações, de que vai conseguir reproduzir o nível de vida dos pais. Isso é muito ameaçador. E pode gerar tanto posições mais críticas à esquerda como certas posições defensivas à direita. E, até pela influência da grande mídia, da metade para frente daquele movimento de 2013, a direita ganhou espaço. Em 68, a gente não via o setor da direita no movimento, mas sim fora dele, combatendo-o. Já em 2013 teve o aspecto questionador de esquerda, mas dentro dele foi se gestando também uma manifestação à direita. Penso que aí há uma diferença grande com relação a 68, quer no Brasil, quer na França. Claro que havia estudantes de direita na França e no Brasil em 68, mas da diversidade toda daquele movimento não surgiu um embrião claramente organizado à direita como agora no Brasil, com MBL e outros.

### Você afirma também que havia em 68 muito mais uma indignação e uma sensação de que era possível mudar o mundo do que propriamente uma pauta organizada de reivindicações. Isso guarda semelhanças com o Brasil contemporâneo?

Em 68 havia algumas direções utópicas postas, que foram em grande medida derrotadas. Mas havia um sentido: fosse a emancipação das pessoas, fosse sua realização existencial, fosse a criação de uma arte transformadora, fossem

as mudanças do cotidiano, fosse uma revolução nacional e democrática ou até uma revolução socialista. Havia utopias nítidas, que eu não vejo hoje. Atualmente há uma espécie de ceticismo geral sobre a possibilidade de um futuro muito melhor. E, ao contrário, muitos acreditam que a solução é o neoliberalismo, a luta de todos contra todos, o mercado organizando por completo a vida social. Em âmbito mundial, vivemos um momento de dificuldades de pensar alternativas à organização neoliberal. Essa é uma diferença importante. Naquele momento a luta era, pelo menos imaginariamente, ofensiva: era preciso conquistar grandes transformações e novos direitos. Hoje o que se faz é resistir, para ver se consegue garantir o pouco de bem-estar social que ainda existe.

### Como você já comentou, apesar de todo o abalo provocado, 68 terminou de forma conservadora em muitos lugares. Naquele mesmo ano, De Gaulle foi eleito na França, Nixon nos Estados Unidos, no Brasil houve o AI 5...

E no Brasil, o resultado eleitoral depois desse movimento de 2013 também foi nessa direção. O congresso eleito em 2014 foi o mais conservador e mais retrógrado que tivemos, talvez na história do Brasil. Em grande parte, me parece uma reação semelhante ao que aconteceu nesses outros casos. Os setores mais conservadores acharam que era o momento de se organizarem a partir daqueles eventos de 2013. É muito comum isso acontecer: movimentos que questionam geram uma reação conservadora.

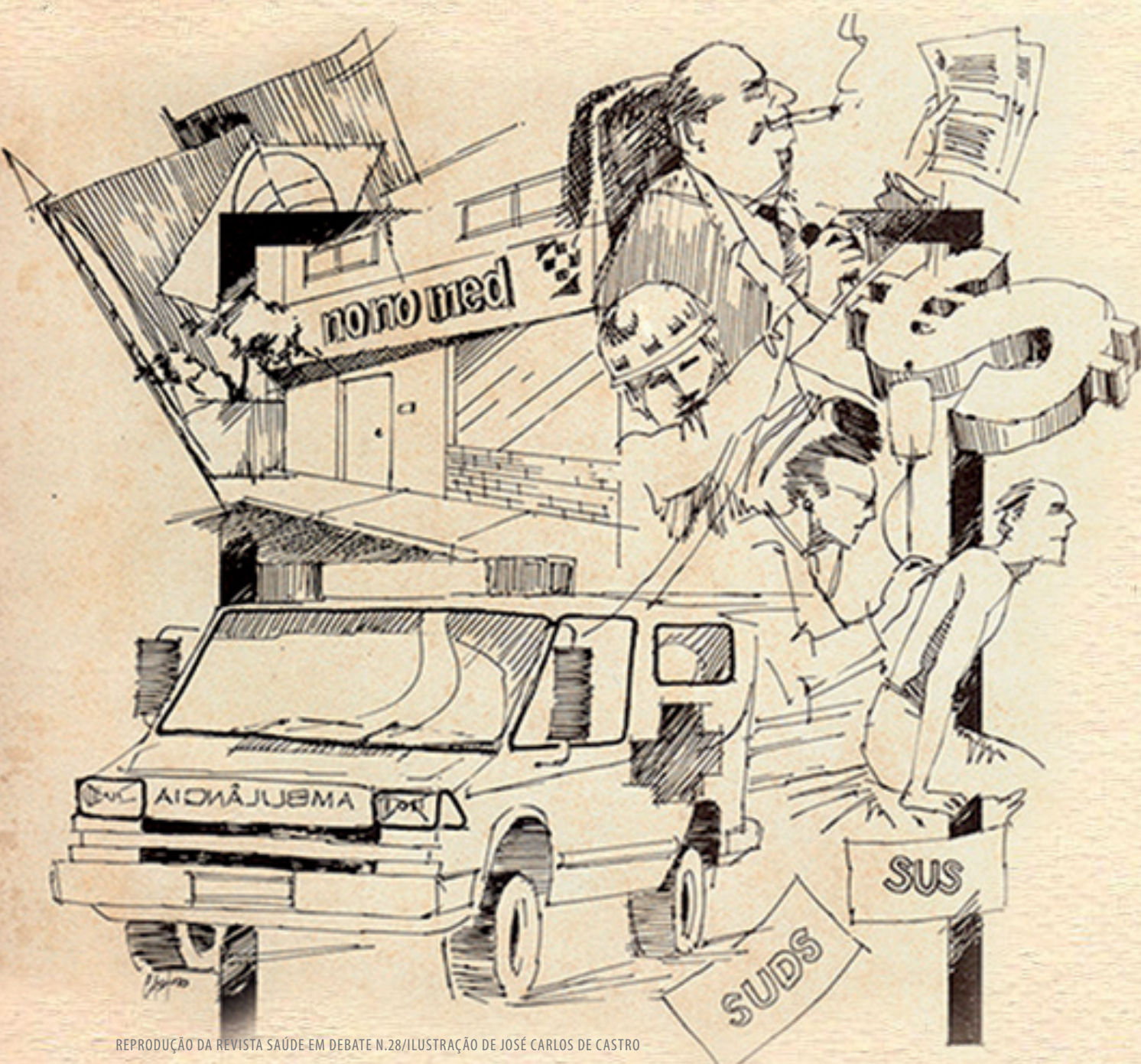
### Aqui no Brasil, tem sobra disso para 2018?

Agora nós não estamos mais tão próximos de Junho de 2013. Não dá para prever exatamente, mas eu receio que a composição do próximo congresso seja tão ruim quanto a atual. Nas eleições majoritárias, as contrarreformas em curso realimentam uma insatisfação contra o atual governo, seus aliados e tipo de política. Isso abre espaço para a esquerda, que parecia derrotada depois do impeachment. Só que tem um setor forte da direita, que vai desde as Forças Armadas até a grande imprensa, que diz que o Brasil não aguenta outro governo de esquerda. Essas forças, se conseguirem eleger um presidente, talvez se acalmem. Mas, se forem derrotadas, a situação é imprevisível. Tudo isso é luta política, não é? Não dá para saber o futuro, mas os setores neoliberais e conservadores dão mostras de estar decididos a fazer as contrarreformas que eles acham que o Brasil precisa, por bem por mal. Aliás já conseguiram avançar no cerceamento aos direitos trabalhistas e contenção de despesas sociais do governo, por exemplo. É um momento de grande polarização. E no que isso vai dar? Não sei. Temo que não seja coisa boa. Mas é preciso contrabalançar o pessimismo da razão com o otimismo da vontade e apostar no aprofundamento das possibilidades democráticas. O

## TIJOLO POR TIJOLO: MEMÓRIAS E CAMINHOS DAS LUTAS E DA CONSTRUÇÃO DO SUS

Revisitamos histórias, personagens e diferentes perspectivas que nos ajudam a conhecer mais sobre mobilizações e debates que, durante os anos 1970 e 80, construíram o caminho para o SUS

Leila Leal



São muitas as histórias, personagens e, mesmo, perspectivas da luta pela saúde no Brasil que desembocaram na criação do Sistema Único de Saúde e, depois, nas batalhas pela sua efetivação. Por mais que a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986, a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e a própria criação do SUS sejam marcos célebres das lutas pela saúde e de sua vinculação à construção de projetos para a sociedade brasileira, essa história é muito mais diversa e, em alguma medida, ainda está sendo escrita e contada. As lutas dos anos 1970 e 80 se inscrevem no contexto das mobilizações pela Reforma Sanitária brasileira que, impulsionada por um conjunto de atores sociais unificados no Movimento Sanitário, era percebida como parte de um projeto ambicioso de transformação na área da saúde e para a sociedade. “Algo muito importante, e que foi tema de discussão já na 8ª Conferência, é o entendimento de que a Reforma Sanitária é muito mais ampla que o SUS. Ela não é um projeto setorial para a saúde, mas sim um projeto para a sociedade, que envolve transformações mais amplas e a articulação com a visão de um novo projeto societário”, resume Maria Inês Bravo, professora de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que atuou no Movimento Sanitário a partir do final dos anos 70 e, atualmente, integra a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.

Entre as primeiras mobilizações e iniciativas nos anos 1970, a formação do Movimento Sanitário e a 8ª CNS, identificada como o momento de sistematização da agenda do movimento e de formulação do projeto da Reforma Sanitária, era, de fato, corrente a noção de que esse era um projeto mais amplo do que uma proposta para a estruturação dos serviços de saúde. “Isso era tão presente que uma das palavras de ordem à época era ‘saúde, democracia e socialismo’”, continua Maria Inês, que completa: “Mas existe uma virada e, já nos anos 1990, se fala pouco em Reforma Sanitária. Os documentos e intervenções passam a falar, basicamente, do SUS e dos desafios para sua estruturação. Houve um encolhimento da proposta original da Reforma Sanitária nos anos 1990 que, a meu ver, permanece quando o PT chega ao governo federal nos anos 2000”.

Nesta segunda reportagem da série especial sobre os 30 anos do SUS, a Poli busca retomar as concepções, experiências e, principalmente, os atores coletivos que contribuíam para a heterogeneidade daquele Movimento e que, apesar de definitivos para a estruturação do SUS, nem sempre são lembrados quando se conta a história da Reforma Sanitária brasileira.

### Um projeto, diversos sentidos

A percepção de uma amplitude na Reforma Sanitária, de sua vinculação com a conquista de melhores condições de vida pela população, com a superação da desigualdade e o avanço na garantia de direitos sociais diversos diante do Estado democrático que se estruturava parece ser uma constante. Mas será que isso era suficiente para a unificação

de um projeto, um horizonte e uma estratégia para o Movimento Sanitário diante das profundas transformações pelas quais passava a sociedade brasileira naquele período? Há quem aponte que não e, chamando atenção para a heterogeneidade do Movimento, indique que a convivência de distintas concepções no interior do projeto da Reforma Sanitária foi uma marca desde o início de sua articulação.

Mas essas diferentes perspectivas eram percebidas – e debatidas abertamente – no interior do Movimento Sanitário? “Havia posições divergentes, sem dúvida. A gente conseguia chegar a um consenso, sobretudo na Comissão Nacional da Reforma Sanitária [estrutura criada após a 8ª CNS para encaminhar as propostas ali aprovadas para a Constituinte], mas havia divergências já naquele período”, conta Marco da Ros, professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), militante do Movimento Sanitário desde o final dos anos 70 e que participou, no período em que cursava mestrado na ENSP/Fiocruz, da organização da 8ª CNS.

Maria Inês Bravo aponta, no mesmo sentido, que as diferenças eram percebidas, mas que esses debates não tomaram forma ou foram priorizados nos “momentos célebres” do Movimento Sanitário. As discussões sobre o caráter da democracia que se constituía, a relação do movimento com o Estado e seu horizonte político, por exemplo, segundo ela não apareceram dessa forma na 8ª CNS: “Essa discussão existia, havia vozes que a faziam. Mas não apareceu sistematizada. A previsão era de que discutíssemos o conceito de saúde a ser adotado, a questão da reestruturação do sistema e o financiamento da saúde”, diz. E avalia: “A discussão sobre o trabalho de base, a atuação dos movimentos sociais, a articulação com uma atuação por dentro e por fora do Estado não estava colocada naquele momento de formulação de propostas concretas. Ela seria um debate de estratégia e tática, que não foi priorizado”.

As histórias contadas e conhecidas do movimento que deu vida ao SUS são uma expressão, em grande medida, desse quadro. As minúcias das posições, eventuais disputas, críticas e autocríticas não são material facilmente encontrado na produção e nos relatos correntes sobre a Reforma Sanitária, sendo parte de uma história que ainda está sendo escrita. Nossa reportagem, buscando essas histórias, encontrou uma série de relatos, impressões, lembranças e fragmentos que ajudam a lembrar e entender um pouco dessa diversidade e das contribuições dos diferentes atores do que entrou para a História como a Reforma Sanitária brasileira.

### Movimento renascente e brechas institucionais

Em meados da década de 1970, a ditadura empresarial-militar começava a se esgotar e os movimentos sociais passavam por um período de retomada de suas mobilizações. Em 1976, é criado o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes) e, em 1979, a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), as duas entidades que cumpriram papel formulador e organizador no Movimento Sanitário, orientadas pelo eixo de democratização da saúde e da sociedade.



Mesa de abertura da 8ª CNS. Da esquerda para a direita: Roberto Figueira Santos, ministro da Saúde; José Sarney, presidente da República; Sergio Arouca, presidente da Fiocruz, presidindo a Conferência; Raphael Magalhães, ministro da Previdência e Assistência Social; e Marco Maciel, ministro-chefe da Casa Civil

Também deste período, datam as primeiras iniciativas na racionalização e ampliação dos serviços de saúde: o Projeto Montes Claros e o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento/PIASS, que serviram de base e laboratório para a criação do SUS. Um personagem importante dessas duas experiências é Francisco de Assis Machado, o Chicão, médico sanitário que ajudou a implementar serviços integrados em saúde a partir da atenção primária, primeiro localmente, no norte de Minas Gerais, e depois regionalmente, no Nordeste do país. Em ‘O SUS que eu vivi’, ele relata como, naquele período, a ocupação de espaços no Estado ainda sob a ditadura permitiu a pavimentação de parte do caminho para a construção do SUS.

Mas na outra ponta do processo, fora do aparelho de Estado, também se desenvolviam ações que representaram uma faceta importante para a história da Reforma: as iniciativas dos movimentos populares que culminaram, em 1981, com a criação do Movimento Popular de Saúde (Mops). Em 1979, aconteceu em Lins (SP) o 1º Encontro Nacional de Experiências em Medicina Comunitária (Enemec), que buscava reunir iniciativas de medicina popular e alternativa para uma troca de experiências. No ano seguinte, o 2º Enemec ocorreu em Recife, já contando com uma articulação mais potente entre movimentos populares da saúde. Até que, no 3º Enemec, de 1981, realizado em Goiânia, decidiu-se pela transformação daqueles encontros em movimento.

Quem conta essa história é Eymard Vasconcellos, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e atual presidente da Rede de Educação Popular em Saúde, que participou dessa articulação ativamente desde o 2º Enemec e também da organização do Mops desde sua criação. Ele explica que os próprios encontros já são uma fase mais adiantada de um processo que existia há mais tempo. As experiências que davam base a essa politização eram, centralmente, as práticas da medicina baseadas em saberes populares e locais, como o uso de plantas medicinais e métodos tradicionais, somadas às lutas e reivindicações ao poder público, nas cidades, por melhorias nos serviços de saúde e saneamento.

As reivindicações, segundo Eymard, caminhavam no sentido de um enfrentamento ao regime ditatorial e suas políticas para a saúde, não necessariamente referindo-se à criação de um novo sistema. “Não vislumbrávamos, ali, a possibilidade de criar um

sistema de saúde”, lembra. No entanto, segundo ele, com o avanço das iniciativas do movimento sanitário no campo institucional ao longo dos anos 70 e 80, especialmente após o fim da ditadura, há uma aproximação crescente entre movimentos populares e a perspectiva de atuação por dentro do Estado. “A relação com o chamado ‘Partido Sanitário’ teve um papel grande nesse sentido. Atuando no Cebes, o Partido Comunista Brasileiro foi trazendo essa possibilidade para a gente. Com a abertura política, muitos dos atores e profissionais que estavam nos movimentos, articulando em termos de práticas de educação popular em saúde, começam a migrar para dentro do Estado”, conta.

Eymard ressalva, no entanto, que o Mops sempre foi uma articulação heterogênea, sendo um equívoco a tentativa de compreendê-lo como um movimento unificado, com decisões e políticas unitárias: “Principalmente a partir de 1988, com a criação do SUS, havia essa possibilidade de reorganizar o sistema como um todo, e isso gerou uma migração muito grande dos atores. Nesse momento, houve um esvaziamento do Mops. As experiências de saúde comunitária foram perdendo a centralidade com o crescimento das experiências dentro do Estado. E esse também foi o período em que começou a crescer o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado em 1984]. Havia uma referência do MST para o Mops, mas o MST tinha uma unidade de luta comum, mais uniforme, que permitia tirar bandeiras comuns. O Mops era muito mais diverso, e essa tentativa gerou divisões dentro do movimento e um certo esvaziamento”, avalia.

Esse encontro e a unidade entre movimentos populares, profissionais de saúde e intelectuais são partes destacadas de grande parte dos relatos sobre a Reforma Sanitária e, especificamente, a 8ª CNS. Relembrando a importância e a potência dessa unidade, Eymard destaca que havia também algumas tensões nessa relação. “A discussão sobre estratégia política era muito fechada no interior dos grupos dos intelectuais. Apesar de



muitos deles terem se formado nas experiências comunitárias, foram abandonando a ênfase nessa relação”, sinaliza. “Mas em 1986, na organização da 8ª Conferência, houve uma busca por aproximação, e eu participei um pouco dessas articulações entre os intelectuais e o Mops. O pessoal visitou e participou do Encontro Nacional do Mops, que foi no Maranhão, e articulou os agentes comunitários para a participação no processo. Mas eu acho que havia um uso um pouco instrumental: se procurava os movimentos quando se precisava”, analisa.

Na avaliação dele, essa relação tem origem na própria compreensão que se tinha sobre os movimentos sociais. “Sinto que muitos intelectuais da área da saúde têm uma visão de movimento social a partir de um modelo mais europeu, de movimentos organizados. Mas na saúde nunca foi isso: sempre eram movimentos mais fragmentados. No entanto, era uma fragmentação que tinha uma potência geradora. Mas alguns deles achavam que ‘não existia’ movimento social realmente atuante, então acabavam se aproximando quando convinha”, diz. No entanto, acrescenta, essa não era uma tensão declarada ou, mesmo, impeditiva para o estabelecimento de laços e uma atuação conjunta. “Nós sabíamos que havia uma distância, mas acho que não percebíamos, à época, a relação como instrumental – isso é uma análise minha, que faço hoje. A gente ficava insistindo nessa articulação. Ao mesmo tempo, o Mops também viu como uma grande oportunidade a participação na 8ª CNS. A conferência foi muito grande, o movimento de agentes de saúde foi muito forte. Ou seja, a gente também ocupou um espaço e conseguiu redefinir algumas coisas”, lembra.

Como principais contribuições do movimento popular para a Reforma Sanitária e a elaboração do SUS, o professor destaca o papel das experiências autônomas, de fora do Estado, em ensinar sobre a possibilidade da eficácia de um trabalho em saúde integrado à população. “Eu, por exemplo, vim para o nordeste e queria trabalhar na questão da luta pela terra, não achava que a saúde era um espaço de conquista política. E fui aprendendo a potência transformadora dessas práticas em saúde. O modelo que o SUS institucionalizou foi marcado por esse aprendizado dos profissionais que mergulharam nas periferias. Mas, hoje, esse entendimento de que o sistema de saúde pode redefinir as relações sociais, lutar pela justiça e enfrentar violências foi ficando minoritário dentro do SUS”, lamenta.

### Outras vozes: por fora do Movimento Sanitário

Compondo ainda o espectro dos movimentos e iniciativas que atuavam no campo da saúde, estavam os setores que lutavam por direitos no interior de movimentos populares mas que, apesar de atuarem em conjunto, não se entendiam ou reivindicavam parte do Movimento Sanitário. Esse era o caso de Fátima Siliansky, atualmente professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também integrante da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, que, nos anos 1970 e 80, militava no Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8. Ela

conta que a pauta da saúde despontava como uma das mais destacadas entre as necessidades da população. “Eu atuei em Acari em um período em que havia uma reconstrução do movimento de favelas no Rio. Isso unificou a nossa intervenção nos movimentos de base, e a saúde, obviamente, era uma das questões que mais mobilizavam as pessoas. Já existia, naquele momento, o movimento da Reforma Sanitária, muito influenciado pelas posições do PCB, das quais a gente discordava. Nós tínhamos críticas àquele entendimento majoritário que se limitava a uma luta por uma institucionalidade democrática, porque entendíamos que a democracia é parte de uma sociedade de classes. A democracia tem conteúdo, e nós queríamos discutir isso”, pontua.

Ela explica que via com reservas a aposta numa ampliação da esfera pública e na democratização da sociedade, sem que se pensasse a relação da democracia com a divisão de classes e, especificamente, com o imperialismo e os interesses das grandes potências estrangeiras no Brasil. “Na nossa avaliação, o problema da saúde não podia ser isolado do problema nacional. Na prática, o nosso trabalho principal era atuar no movimento popular e, através dele, defender as causas da saúde. Então, havia uma unidade de luta com o Movimento Sanitário, porque interessava ao movimento popular a defesa do direito à saúde e o entendimento de que o Estado deveria assumir essa responsabilidade”, diz.

Fátima destaca ainda as formulações que elaboravam, no período pré-constituente, sobre o que caracterizavam como a “dominação imperialista na saúde”. “Acho que, dos intelectuais da Reforma, o Hésio Cordeiro foi quem conseguiu melhor fazer essa discussão. O que a gente pautava era que havia também uma contradição no Brasil na área da saúde que vinha pelas indústrias, da progressiva internacionalização e dominação pelas multinacionais dos medicamentos e equipamentos, e que isso configuraria um setor privado para além do que se expressava nos hospitais. O pessoal que era hegemônico via muito a contradição entre o hospital privado e o serviço público, e a gente lembrava que era preciso um olhar mais amplo, inclusive mirando os seguros privados que iriam querer disputar, mais adiante, uma parcela do financiamento da saúde”.

### Os estudantes e suas organizações

Não é possível rememorar os atores e personagens da Reforma Sanitária brasileira e da constituição do SUS sem levar em conta o movimento estudantil organizado. Armando De Negri, primeiro coordenador geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem) destaca que a própria criação da entidade se deu na esteira das formulações e necessidades impostas pela elaboração de um novo sistema de saúde para o Brasil. “A Denem foi criada em julho de 1986. Naquele período, nós percebíamos que, com o final da ditadura, em 1985, a agenda do movimento estudantil era a de construção de uma nova sociedade”, conta, lembrando que as três principais bandeiras levantadas a partir dali foram a da radicalização democrática no espaço universitário, a necessidade de criação de um sistema universal

de saúde e, por fim, o envolvimento do movimento estudantil de medicina na revisão radical da própria formação. “A ideia era promover uma educação médica que fosse coerente com a ideia de um sistema universal de saúde, baseada no direito humano à saúde”, destaca.

Segundo De Negri, quando se abriu a possibilidade de participação estudantil na 8ª Conferência (realizada antes da criação formal da Denem), o movimento dos estudantes de medicina já estava em um ponto de discussão avançado e foi por isso que se decidiu que os cinco delegados a que a União Nacional dos Estudantes (UNE) teria direito seriam indicados por aquele segmento. “No debate que ocorreu durante a 8ª acerca de um sistema 100% estatal ou um sistema público com participação de outros prestadores, nós percebemos que, embora a intenção estratégica fosse construir um sistema público estatal, nós tínhamos que, naquele momento, convencer aqueles que tinham dúvidas sobre a viabilidade do sistema único no país e de um sistema universal através da factibilidade de se assumir num curto prazo a escala de respostas de que a população precisava. E não era possível apostar no sistema estatal, que não tinha tamanho para absorver toda a população”, explica. “Por isso, parecia mais plausível naquele momento reconhecer a complementaridade do setor filantrópico, sobretudo, e a possibilidade mesmo de contratação suplementar do setor privado com fins de lucro para conseguir em curto prazo dar resposta universal” diz, lembrando a posição adotada pela Denem diante daquele debate.

Para além dessa discussão em relação ao principal ponto de polêmica da 8ª CNS, a Denem buscou atuar em conjunto com os movimentos sociais naquele período para que a ansiada transformação da educação médica se desse em diálogo direto com a realidade da população. Outra pauta importante foi o lançamento de uma jornada nacional de lutas, em 1987, pela transformação da educação médica, sob o slogan ‘basta de aprender nos pobres para só curar os ricos’.



Plenária final da 8ª Conferência Nacional de Saúde

“Procurávamos uma ruptura com a ideia de que a educação médica era neutra frente à realidade. Diante do processo constituinte, deveríamos nos ocupar de uma educação capaz de prover os médicos para um sistema universal de saúde” conta.

### Os momentos célebres: a 8ª CNS e a Constituinte

Se, como procuramos apontar ao longo desta reportagem, as histórias da Reforma Sanitária e do SUS não podem ser resumidas aos seus ‘momentos célebres’, é também verdade que não dá para entender esses processos sem olhar para a forma e o conteúdo dos debates em seus pontos de culminância, como foram a 8ª CNS em 1986 e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. Um dos grandes debates – e a principal polêmica – da 8ª CNS, que girou em torno da defesa de uma estatização imediata ou progressiva do sistema de saúde a ser criado ajuda a entender algumas das opções feitas e as compreensões gerais embutidas naquele processo. Da mesma forma, o encaminhamento das propostas aprovadas na Conferência à Comissão Nacional da Reforma Sanitária e à Plenária Nacional das Entidades em Saúde (outro espaço destinado a organizar a luta pela implementação daquele projeto), assim como sua chegada à Assembleia Nacional Constituinte e o texto final ali aprovado, são processos que, permeados por negociações, enfrentamentos com os setores empresariais e politicamente conservadores e sínteses possíveis, revelam um pouco mais dos caminhos assumidos (e os deixados para trás) pela Reforma Sanitária.

Se a posição da estatização progressiva, com participação suplementar do setor privado, não foi unânime na 8ª CNS, quais foram, afinal, os termos e os atores dessa divergência? Não é tarefa simples encontrar, em detalhes, nos relatos sobre a Conferência, essa informação. Mas os anais do evento, de novo, dão algumas pistas. O discurso de Sergio Arouca, liderança do movimento sanitário, então presidente da Fiocruz e presidente da conferência, denunciando e lamentando a retirada dos representantes do setor privado da organização daquele espaço, é ilustrativo da posição que acabou saindo vitoriosa nesse processo. “Eu lamento profundamente, porque nesta Conferência está se tratando de criar um projeto nacional que não pretende excluir nenhum dos grupos envolvidos na prestação de serviços, na construção da saúde do povo brasileiro. Assim, a eles queria deixar uma mensagem: que, mesmo na sua ausência, vamos estar defendendo seus interesses, desde que esses não sejam os interesses da mercantilização da saúde. Por-

tanto, todo aquele empresário que está trabalhando seriamente na área da saúde, na qualidade da sua competência técnica e profissional, não precisa se sentir atemorizado, porque aqui ele vai ser defendido”, alegou.

Posição diversa apareceu, por exemplo, no discurso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representada na ocasião por Arlindo Chinaglia, que foi debatedor da Conferência no painel ‘Saúde como direito inerente à cidadania e à personalidade’. “A CUT acredita que as transformações sociais sob controle dos trabalhadores levarão claramente a uma revolução, não só na saúde, mas à revolução no poder político, pois o controle dos trabalhadores é aquilo que, em última instância, vai garantir não só a saúde como os direitos políticos e os direitos civis da grande massa trabalhadora. Mas isso não está colocado no momento. No momento, na verdade, faz-se um discurso e, na prática, faz-se uma aliança de classes, inclusive com a classe dominante. Sob a égide de que a estatização pode ser autoritária podemos assistir à abertura da porta, escancaradamente, apesar do discurso, à iniciativa privada”, polemizou. E seguiu: “Defendemos a estatização, sim, mas com o controle dos trabalhadores. Aí, não haverá autoritarismo. Achamos que a estratégia não é negociação no poder de Estado, neste momento; a estratégia é organização, a conscientização e a luta da classe trabalhadora”.

Apesar das fortes tintas que marcam o discurso da CUT, a maioria das avaliações sobre essa polêmica convergem no sentido de que a divergência era de ordem tática, relativa ao momento e à forma de implementação da estatização, e não de fundo. “Estrategicamente, nós tínhamos acordo que tínhamos que chegar a um sistema universal de caráter estatal, mas o caminho para isso não se colocava de maneira imediata, não tinha correlação de forças nem estrutura que desse conta da pressão, que seria imediata”, pondera De Negri.

Marco da Ros, outro defensor da posição de estatização progressiva na 8ª CNS, também acredita que aquela foi uma divergência principalmente tática, mas, hoje, questiona se foi a melhor opção. “Eu me assustei com a proposta de estatização imediata. A proposta de estatização progressiva me consolou porque naquela ocasião havia o susto da ditadura militar, a gente se sentia pisando em ovos. Me parecia muito mais saudável fazer mais devagar. Mas não sei se eu tinha razão”, analisa. E desenvolve: “Hoje, acho que a defesa da estatização imediata poderia estar mais correta, porque, a partir de 1986, o nível de mobilização só vai diminuindo. Talvez a gente realmente não tivesse conseguido aprovar na Constituição a estatização como se queria, mas acho que deveríamos ter aproveitado aquele momento de mobilização intensa para marcar uma posição mais forte”.

O próximo capítulo dessa história é justamente, a luta, na Assembleia Nacional Constituinte, pela efetivação do que fora aprovado e acumulado na 8ª CNS. Maria Inês Bravo lembra que, diferentemente do que ocorreu na Conferência, o empresariado participou – e disputou – a Constituinte, o que implicou derrotas para o Movimento Sanitário. “Tivemos perdas em relação ao financiamento, à presença das multinacionais na indústria de medicamentos e na defi-

nição do setor privado como complementar ao SUS”, destaca. Um exemplo é que o termo ‘suplementar’, aprovado na Conferência para se referir ao setor privado, se transformou em ‘complementar’ no texto constitucional, e sem uma definição precisa de como isso funcionaria. Além disso, diante da articulação e pressão dos representantes do setor privado, o artigo 197 do texto constitucional estabeleceu que a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. E mais: o artigo 199 definiu diretamente que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Junto às aberturas ao setor privado, a ausência de uma regulação específica sobre o financiamento é apontada como uma das maiores lacunas do texto constitucional, que teve como consequência a criação dos principais obstáculos para a efetivação do SUS.

Apesar das perdas, o texto é unanimemente identificado como uma conquista histórica e um avanço na garantia de direitos. “Criar o sistema universal de saúde no Brasil já foi um avanço e tanto, e era preciso criar caminhos de viabilidade a partir de alianças que permitissem aprovar isso na Constituinte. Isso permitiu o desenvolvimento do sistema com suas contradições”, analisa De Negri. Em 1990, já em um contexto mais frágil de mobilizações e sob a presidência de Fernando Collor, mais derrotas vieram. “O movimento ainda existia, mas estava muito mais desarticulado e a nossa batalha passou a ser para não perder o que tínhamos ganhado dois anos antes”, conta Maria Inês.

Armando De Negri concorda e ressalta que a nova conjuntura acabou jogando o movimento para uma posição essencialmente defensiva, que precisa ser superada nos capítulos contemporâneos dessa história: “Hoje nós precisamos retomar uma discussão mais radical. Depois de 30 anos, o Sistema Único precisa de um balanço e uma radicalização, ou entrará em um processo de cronificação das suas insuficiências”, defende.

Também para Marco da Ros, esse processo precisa servir de aprendizado para uma retomada da radicalidade que ficou pelo caminho na história da Reforma Sanitária: “Acho que o movimento acreditou demais na redemocratização, e se equivocou. Hoje, o Cebras está propondo uma releitura, e cresce o entendimento de que a gente tem que começar a Reforma de novo. E fazer isso resgatando o velho caminho, que foi perdido nesse meio tempo. A gente acreditava em algo e, depois, passou a entender que bastava estar no aparelho do Estado e tudo estaria resolvido – o que se intensificou quando o PT chegou à Presidência”, analisa. E propõe, pensando nos próximos anos dessa batalha: “Estamos agora com o SUS muito ameaçado. Precisamos formar cada vez mais gente e voltar para o movimento popular correndo. É o movimento popular organizado que pode dar um jeito para o médio ou longo prazo. Então, eu não sou da conciliação nesse momento. Evidentemente, acho que podemos fazer algum grau de acordos, desde que não fuçamos dos objetivos”, finaliza. Aos 30 anos do SUS, a história da Reforma Sanitária segue sendo escrita, encenada e disputada. ○

## DOIS MUNDOS, UM PLANETA

O que dizem os empresários e entidades do setor privado reunidos no Fórum Mundial da Água e como o que foi discutido se vincula ao cenário atual do Brasil

Maíra Mathias, enviada a Brasília

Os ‘campeões’ subiram no palco, mas o auditório de quase 900 lugares estava praticamente vazio. Para não ficar mal na foto, as recepcionistas que se postavam na entrada do local saíram à cata das pessoas presentes, pedindo educadamente que mudassem de assento rumo à fileira central. Era véspera de 22 de março, quando se comemora o Dia Mundial da Água, mas o clímax havia passado. Mais cedo, o chefe de sustentabilidade da AB Inbev, Tony Milikin, tinha abandonado o painel do qual participava para chegar ao aeroporto a tempo do seu voo. Quem ficou, porém, só recebeu boas notícias.

Os organismos internacionais e empresas estavam no caminho certo. Bastava que continuassem a estabelecer metas e a monitorar seu progresso, como haviam feito nos três últimos anos, para que sua “ousada visão” de um futuro em que a humanidade vivesse dignamente com segurança hídrica se tornasse realidade. Era essa a mensagem que os ‘campeões’ – como se autodenominaram entidades como a Federação Internacional dos Operadores Privados de Água, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – tinham para transmitir naquele fim de tarde com jeito de fim de festa. E assim se encerrou a sessão dedicada ao balanço das ações implementadas entre o 7º e o 8º Fórum Mundial da Água, que aconteceu de 18 a 23 de março deste ano em Brasília.

De fato, os que causam e os que sofrem os impactos ambientais parecem habitar dois mundos diferentes dentro do mesmo planeta. As empresas reunidas no Fórum anuncia-

ram que estão fazendo um bom trabalho. Acreditam que se a água fosse valorizada como uma moeda, não seria desperdiçada. Mirando nos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, os ODSs, defendem mudanças nas legislações dos países para que se incentive mais a participação do setor privado no saneamento.

### Urgência direcionada

Dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) a serem alcançados em 2030, um tem relação direta com a água. É o ODS 6, que visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos os seres humanos. E é com base nele que se articula uma argumentação justificada pela urgência. No Fórum, a todo momento os mediadores questionavam a plateia se seria possível atingir a universalização nos próximos 12 anos. As mãos levantadas em resposta indicavam que a maioria dos participantes estava pessimista em relação ao cumprimento da meta. Era a senha para sublinhar a importância da participação de ‘todos’ – mas, principalmente, do setor privado.

De acordo com o Conselho Mundial da Água, 4,5 bilhões de pessoas não têm acesso ao saneamento e 2,1 bi não têm acesso à água potável no mundo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que será necessário investir US\$ 1,7 trilhão para concretizar o ODS 6 – e esse valor superlativo não engloba nem os custos da operação, nem a manutenção dos serviços. A conclusão do FMI, hegemônica no Fórum, é que não será possível universalizar o saneamento sem a “ajuda” das empresas. “Precisamos que o setor privado em-

barque”, disse um representante da entidade no painel dedicado aos bancos de desenvolvimento, concluindo: “Para isso, precisamos que ele encare a água como uma oportunidade”. A receita do organismo inclui o “redesenho” das condições de retorno para o investidor. Em outras palavras, o aumento das tarifas. O mediador de outro debate e autor do relatório do Conselho Mundial da Água, Jon Lane, resumiu a linha de raciocínio: se as pessoas têm dinheiro para comprar um celular caro, então também podem pagar mais pelo saneamento.

Perguntada em outro painel sobre o que sua instituição está fazendo para atingir o ODS 6, a diretora do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Marilene Ramos, afirmou que o país precisaria investir R\$ 20 bilhões por ano até 2033 para universalizar o serviço. E embora tenha dito que os bancos públicos disponibilizam, hoje, um valor menor (cerca de R\$ 12 bi), ela afirmou que o problema do Brasil não é financeiro: “A fonte não é o fator limitante. A capacidade de tomar o financiamento, sim”. Para Marilene, o essencial é a capacidade que as empresas têm de gerar caixa. “No país, 75% do serviço é prestado por companhias estaduais, 15% por companhias municipais e apenas 5% por concessionárias privadas”, disse, e defendeu: “É preciso modificar o quadro de atores”.

A Caixa Econômica Federal é a principal instituição a financiar o saneamento no Brasil, informou ela, acrescentando que dos R\$ 85 bilhões do FGTS disponíveis em 2018, apenas R\$ 6 bi foram para saneamento. “É porque a Caixa prefere habitação ou porque há incapacidade dos atores de tomarem o financiamento?”, questionou. Já no caso do BNDES, continuou, 45% do desembolso foi para apenas quatro companhias estaduais: Embasa, da Bahia; Copasa, de Minas Gerais; Sanepar, do Paraná; e Sabesp, de São Paulo (que é uma sociedade de economia mista, em que o estado detém 50,26% das ações, enquanto 49,74% estão em mãos particulares). O resto foi para as concessionárias privadas.

Perguntada no debate se não seria papel de um banco nacional de desenvolvimento assessorar e incentivar as estatais e questionada sobre o porquê de o BNDES recusar financiar obras importantes para municípios pequenos sob a justificativa de que custam muito barato, ela reforçou: “É preciso que o ente tenha capacidade de pagamento. No início dos anos 2000, quando estava fazendo doutorado, estudei tarifas de saneamento. Na época, os países desenvolvidos cobravam US\$ 4 por metro cúbico de água e esgoto tratados, enquanto o Brasil cobrava US\$ 1. Hoje, estamos em US\$ 2. A nossa capacidade de gerar caixa para fazer tanto a operação quanto o excedente que banque o serviço de uma dívida é restrita. Daí se explica por que os recursos vão para o setor privado e mais dificilmente para municípios de 25 mil habitantes. Outra coisa é a crise fiscal brasileira, que traz uma limitação para que empresas estatais tomem financiamento”.

## Mudanças à vista

Para o FMI, os países precisam “colocar seus marcos regulatórios no lugar” com reformas nas políticas nacionais

de água e saneamento. Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai além: Henry Moreno, especialista da instituição, afirmou que de 15% a 25% dos custos adicionais dos projetos de saneamento vêm da corrupção – mas que nada menos do que 60% são consequência dos atuais marcos regulatórios. “Estamos trabalhando junto aos países para que isso mude”, informou.

No Brasil, essas mudanças começaram a caminhar a partir do governo Michel Temer. O primeiro ato do presidente foi editar uma medida provisória para criar o Programa de Parcerias em Investimento (PPI) que, no braço de saneamento, se voltou para o incentivo da substituição da gestão direta dos serviços por parcerias público-privadas e outros arranjos do gênero. O BNDES disponibilizou recursos para que os estados interessados tivessem acesso a consultorias que analisariam que forma de contratação empresarial deveriam optar. Ao mesmo tempo, nos bastidores o governo assinalou que faria uma remodelação no marco regulatório brasileiro. Segundo informações de fontes que acompanharam a movimentação, a ideia inicial, defendida pela Abcon – associação que representa as maiores empresas do setor, como Aegea, Águas do Brasil, BRK Ambiental, Suez e Veolia –, era que as mudanças fossem feitas por medida provisória. Mas a resistência interna de pastas como Planejamento e Meio Ambiente, e a grita das entidades que representam os prestadores municipais e estaduais, fizeram com que o governo optasse pelo caminho tradicional, via projeto de lei, embora numa tramitação em regime de urgência – que significa que Câmara e Senado têm 45 dias cada para examinar o texto. Caso contrário, o PL trava a pauta do Congresso. “Estamos em estado de alerta. O envio desse PL pode acontecer a qualquer momento”, afirma o especialista em saneamento Luiz Roberto Moraes, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A minuta do PL foi analisada por Abelardo de Oliveira, assessor da diretoria técnica da Embasa, a companhia estadual da Bahia, que vê risco de desestruturação do setor. Isso porque um dos principais vetores de alteração diz respeito à gestão associada de serviços públicos, prevista no artigo 241 da Constituição, regulamentado pela lei 11.107 de 2005. Em termos concretos, a legislação vigente assegura que o município, esfera administrativa responsável pelo saneamento, faça um contrato com uma empresa estadual ou consórcio público para que prestem o serviço em seu lugar. Nesses casos, não precisa haver licitação. E, em caso de privatização da estatal, o contrato é automaticamente extinto.

A proposta do governo muda tudo isso: as prefeituras que não quiserem prestar o serviço diretamente terão que realizar um chamamento público para verificar se existe interesse do mercado. Caso haja empresas privadas de olho na operação do serviço, o município será obrigado a fazer uma licitação. E, se uma companhia estadual for privatizada, os diversos contratos de gestão com as cidades que atende não serão cancelados, ao contrário: passam automaticamente para mãos particulares. Com isso, se ‘resolvem’ impasses como o da Cedae, companhia estadual do Rio, cuja privatização foi autorizada no ano passado. Quem comprar a estatal,



É UMA DECISÃO IDEOLÓGICA SEM  
SUSTENTAÇÃO CIENTÍFICA E EMPÍRICA.  
**O DIAGNÓSTICO TALVEZ NÃO ESTEJA  
INCORRETO – TEMOS PROBLEMAS E  
MUITO POR FAZER – MAS O REMÉDIO  
DA PRIVATIZAÇÃO É EQUIVOCADO”**

LEO HELLER

Relator especial da ONU para o direito à água  
e ao saneamento e pesquisador da Fiocruz

na verdade, está de olho na operação dos serviços da capital, responsável por 87% do faturamento.

Essa última mudança vai impactar o desenho que dá sustentação à operação dos serviços de saneamento. “As companhias estaduais trabalham com a lógica do subsídio cruzado”, diz Moraes, dando o seguinte exemplo: a Bahia tem 417 municípios, a Embasa opera em 366 – destes, apenas 20 são superavitários e cobrem o déficit de 346. “À iniciativa privada interessa abocanhar as cidades que dão lucro, deixando o prejuízo com o poder público”, alerta.

Foi o que aconteceu no Tocantins. A empresa estadual Saneatins foi privatizada em 1998 – caso que até a data de fechamento desta reportagem, seguia como o único no país (a privatização da Cedae está suspensa graças à contestação judicial). A Empresa Sul-Americana de Montagens (Emsa) começou com a compra de 35% das ações, passando a ter o controle acionário da empresa em 2002. “E em 2010, a Emsa desistiu de operar em todas as cidades, ficando com 47 dos 78 municípios. O estado foi obrigado a criar uma autarquia, a Agência Tocantinense de Saneamento, para operar os serviços nas cidades que não interessavam mais à empresa”, conta Moraes. Esse acordo foi assinado em 2010 e, nele, o governo estadual concordava também em assumir o saneamento nas áreas rurais, justamente as mais custosas, em todos os municípios. A empresa coube só a área urbana de 47 cidades que abrigam 60% da população do estado.

Eis que no ano seguinte, a Odebrecht Ambiental comprou as ações da Emsa na Saneatins (76,3%), passando a controlar a companhia. E depois que o acordo assinado em 2010 foi efetivamente concretizado, em 2013, a Odebrecht partiu para a compra do restante da empresa (23,5%) que ainda estava sob controle do governo do Tocantins. A maior parte (70%) da Odebrecht Ambiental foi vendida em 2017 por US\$ 908 milhões para dois investidores estrangeiros: o fundo canadense Brookfield e o grupo japonês Sumitomo. A empresa hoje se chama BRK Ambiental. Os 30% restantes pertencem ao FI-FGTS (Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), administrado pela Caixa Econômica. Os negócios do FI-FGTS relacionados à Saneatins estão sendo investigados pela Operação Lava Jato e aparecem em de-

lações premiadas como tendo como principal beneficiário o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ).

### Cenário internacional

“Com a Lava Jato, muitas das grandes empresas que estavam no negócio da água acabaram vendendo ou se associando a grupos estrangeiros”, observa Luiz Roberto Moraes. Em 2015, a terceira maior empresa japonesa, Itochu, comprou 49% da participação da construtora Queiroz Galvão na Águas do Brasil, terceira maior concessionária privada do país. Matérias na imprensa dão conta de movimentações do capital chinês, espanhol e francês no Brasil. Os ventos parecem ser favoráveis para o setor privado por aqui.

Ao mesmo tempo, várias capitais importantes, como Paris e Berlim, passaram pelo processo inverso, com a volta da prestação direta dos serviços de saneamento pelo Estado. O processo, conhecido como remunicipalização, atinge 267 cidades em todo o mundo, segundo levantamento da Internacional dos Serviços Públicos (PSI na sigla em inglês). O país campeão é a França, com 106 casos, seguido por Estados Unidos, com 61 e Espanha, com 27.

No início de março, o ministro do Meio Ambiente do Reino Unido, Michael Gove, fez duras críticas à atuação do setor privado no saneamento e ameaçou estatizar os serviços caso o quadro em que as empresas “empurram com a barriga” os investimentos e têm, praticamente, “licença para imprimir dinheiro” não mude. “Isso aconteceu no país onde nasceu a privatização e foi dito pelo membro de um governo conservador: é um sinal para nós. Estão exportando um modelo derrotado para cá”, diz David Boys, do PSI. E acrescenta: “A remunicipalização é uma tendência porque os contratos são péssimos para a população. Uma prefeitura vai assinar uma vez um contrato de concessão de 25, 30 anos. Já as empresas firmam milhares de contratos, assessorados pelas maiores consultorias do mundo. Não é preciso adivinhar quem sai ganhando”.

Por isso tudo, Leo Heller, relator especial da ONU para o direito à água e ao saneamento e pesquisador da Fiocruz, acredita que o governo brasileiro está errado. “Quais são as evidências que o governo tem para dizer que esse é o melhor caminho? Que estudos acadêmicos indicam tomar a contramão da tendência mundial de remunicipalizar os serviços? É uma decisão ideológica sem sustentação científica e empírica. O diagnóstico talvez não esteja incorreto – temos problemas e muito por fazer – mas o remédio da privatização é equivocado”, afirma.

### Por trás do Fórum

Foi na década de 1990, junto com o embalo da agenda ambiental no mundo, que o tema da água começou a chamar atenção. A abordagem que nasceu e se hegemonizou, contudo, é bastante específica e trata o meio ambiente como “recurso” a ser “gerido” segundo a racionalidade econômica. Dessa forma, a água se transformou em “recurso hídrico”. O Conselho Mundial da Água, que promove o Fórum, foi criado em 1996. Em sua tese sobre a entidade, o pesqui-

sador Rodrigo Espinoza, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), o define como “mais uma peça” a compor a narrativa predominante, junto com Banco Mundial, FMI e outras instituições vinculadas às cartilhas de privatização dos serviços de saneamento. Mas, também de acordo com ele, a organização tenta se distinguir das outras e funcionar como um “guarda-chuva” para o debate da água no mundo. E, por isso, Espinoza considera que há dois discursos em jogo: o explícito e o implícito. O Conselho precisa se posicionar publicamente como um espaço aberto ao debate e à ampla participação da sociedade, e, ao mesmo tempo, fazer avançar a ideia de que a água é um ativo econômico.

“O nome engana, dá a entender que se trata de um órgão ligado à ONU, quando é uma ONG criada para colocar em pauta a agenda das corporações. As pessoas não têm influência nenhuma, trata-se de um ambiente de negócios que é vendido como um espaço político democrático onde vai se discutir a questão da água em nível mundial. Não tem nada de neutro, não tem nada de técnico; é o *locus* de uma agenda política do mercado”, considera Luiz Roberto Moraes.

Em entrevista ao jornal Valor (30/01), o brasileiro Benedito Braga, que desde 2012 preside o Conselho – e também é secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo –, afirmou que o Fórum “não é um evento onde há uma ideologia já estabelecida e pretende fazer proselitismo em torno de determinado ponto” e que é “absolutamente equivocado” pensar no evento como um espaço dominado pelas empresas. “O Fórum é uma plataforma onde se discutem ideias”, disse. Entre os três membros fundadores do Conselho, figura René Coulomb, à época vice-presidente de uma das maiores empresas do setor do saneamento no mundo, a francesa Suez, que tem negócios nos cinco continentes do planeta.

Em 2010, as Nações Unidas reconheceram o acesso à água potável como um direito humano (embora tenha sido uma votação marcada pela ausência ou abstenção de 70 países, incluindo os mais influentes). Desde dezembro de 2016, o saneamento ganhou o mesmo *status*. A discussão de fundo é se, diante disso, a água pode ser tratada como uma *commodity* ou se, sendo condição essencial à vida no planeta, deve ser vista como um bem comum. “Ainda se discute em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, como esse direito vai ser exercido. Se será um direito fundamental, como a liberdade, ou um direito humano econômico e social. E aí existe uma questão relacionada aos custos”, disse Braga na mesma entrevista, como quem não assume uma posição.

Contudo, não há muito espaço para o contraditório no Fórum oficial. E a sua programação é recheada de discussões que partem do princípio de que a água deveria ser uma espécie de moeda. É famosa a defesa do presidente da Nestlé, Peter Brabeck, que vincula projeções de falta de água no mundo à “necessidade” de dar valor financeiro a ela, pois, monetarização levaria a um menor desperdício. Por isso, as organizações ligadas à visão da água como bem comum optam não por ocupá-lo, mas por fazer um evento

paralelo, o Fama – Fórum Alternativo Mundial da Água, na mesma cidade, no mesmo período.

“Nos horroriza que organismos das Nações Unidas e governos de todo o mundo emprestem credibilidade ao Fórum como uma plataforma para a tomada de decisões ao participarem do evento”, escreveu Maude Barlow, conhecida ativista canadense e uma das vozes que pressionou a ONU a aprovar a resolução da água como direito humano, em carta pública em que explica sua recusa a aceitar o convite do Conselho para participar da etapa ‘cidadã’ do evento em Brasília. “As corporações multinacionais cujas ações são responsáveis pela destruição das bacias hidrográficas e pela negação do acesso à água às populações mais vulneráveis não devem ser recompensadas com um assento na mesa de decisões”, disse ela.

Movimentos sociais e empresas têm diagnósticos muito diferentes sobre a água. Enquanto os primeiros denunciavam no Fama os episódios mais recentes de contaminação de rios causados pela mineração no país, as últimas lançavam uma carta-compromisso com a segurança hídrica, tornando possível que, em um mesmo dia, a multinacional Anglo American aparecesse em dois contextos absolutamente distintos: como responsável pelos vazamentos de minério de ferro no rio Casca em Santo Antônio da Gramma (MG) e como uma das signatárias da iniciativa de sustentabilidade dos empresários.

Mas nem a realidade pode com o otimismo corporativo que reinou no Fórum Mundial da Água. “As empresas sozinhas não podem fazer tudo”, disse Marina Grossi, presidente da CEBDS, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, ao lançar a carta. Assinada pela Anglo e outras 17 corporações, o nível de comprometimento não era, digamos, total. Basta concordar com dois dos seis compromissos e a empresa se torna signatária. Fundado em 1997, o CEBDS reúne 54 empresas, como Monsanto, Aegea, Coca-Cola, Ambev, Arcelor Mittal, Braskem, BRK Ambiental, Eletrobrás, Heineken e Unilever.

“Qual é o papel das empresas? É sobre liderança e inspirar”, sentenciou o chefe de sustentabilidade da AB Inbev, Tony Milikin, frisando que não é bom negócio água poluída. “Estamos dando um passo além”, anunciou, por sua vez, Henrique Braun, presidente da Coca-Cola Brasil, detalhando: “Estamos abrindo *nossas* fontes de água cristal para a população, comunidades vizinhas das nossas fábricas”.

Para o pesquisador Gerardo Cerdas, analista de políticas da Action Aid, que assistiu a vários painéis do Fórum, por trás da máscara de sustentabilidade e responsabilidade social, estão as práticas de sempre. “O modelo de desenvolvimento continua o mesmo e tem como vetor a apropriação dos bens comuns da natureza pelo capital, para usufruto das corporações. As relações sociais continuam iguais e reproduzem de uma nova maneira a mesma relação histórica de exploração que tem como um de seus muitos resultados o acesso desigual à água potável de qualidade e ao saneamento”, reflete.

O evento, analisa Gerardo, é mais uma prova de que o capitalismo está tentando se reinventar. “O sistema está

passando por uma crise muito grande. E isso significa não apenas reinvenção no modo de acumulação, mas legitimação que passa por incorporar ao jargão um conjunto de conceitos como economia circular, economia verde e agora as ‘soluções baseadas na natureza’. Nós da sociedade civil, dos movimentos sociais não deveríamos passar ao largo disso, mas entender melhor, de uma maneira crítica, o que está sendo feito em termos de remodelagem do capitalismo. Essa tentativa de deixá-lo, digamos, mais ‘potável’ para a população”.

### Rumo ao mercado de água?

Desde dezembro passado, tramita no Senado um projeto de lei que cria o mercado de água no país. De autoria de Tasso Jereissati, o PLS 495 permitiria a empresas comprarem e venderem as outorgas de água concedidas pelos estados, no caso das águas subterrâneas. A notícia acendeu o alerta: será possível privatizar o Guarani e outros aquíferos? A apropriação das águas brasileiras por grupos econômicos já existe, esclareceu Ricardo Hirata, vice-diretor do Centro de Pesquisa de Águas Subterrâneas da Universidade de São Paulo (Cepas/USP), num debate do Fama que discutiu o PLS 495.

O Guarani é o aquífero mais conhecido, mas o país tem vários outros, inclusive com maior volume de água, caso de Alter do Chão, que fica na Amazônia. Mas o Guarani está sob regiões economicamente dinâmicas, como Sudeste e Sul do país, estendendo-se por uma área de 1,1 milhão de km<sup>2</sup>. “A qualidade da água é excelente em quase toda sua extensão. É um corpo d’água confinado por rochas que o protegem de contaminações”, ensinou Hirata. O Guarani tem seu próprio tempo. “Se você liga o cronômetro a partir do momento em que a água infiltra, na borda norte do Guarani, e acompanha seu curso até que chegue à cidade de São Paulo, terão se passado 120 mil anos. E para chegar ao outro extremo do aquífero, 400 mil anos. Só temos uma oportunidade de retirada dessas águas e isso deve ser feito com inteligência”, afirmou.

De acordo com Hirata, a privatização de um corpo d’água desse porte tem várias dificuldades. “A impressão que dá é que alguém terá a propriedade do aquífero. Mas quem quiser ter esse controle teria que monitorar todos os usuários”. E isso não é fácil, explica ele, devido ao grande número de poços irregulares no país. A estimativa do Cepas é que existam 1 milhão dessas instalações, e que de 60% a 70% sejam ilegais. O artigo 26 da Constituição de 1988 prevê que os aquíferos são bens dos estados. Para mudar isso, seria necessário aprovar uma PEC. Outra dificuldade é que, segundo a política nacional da água, o abastecimento de populações é o uso prioritário desse bem. A legislação teria de ser mudada também.

“Mas tem um ponto interessante: embora privatizar seja praticamente impossível, e tenha um custo político de mudar a Constituição, a verdade é que já existem formas de ter acesso e controle econômico das águas subterrâneas. Basta o empreendedor apresentar um ‘bom’ estudo para obter uma outorga”, disse Hirata. E emendou: “Se você tiver qualquer tipo de empreendimento, bebidas, é muito fácil ter a outorga

de um ou vários poços. Então por que privatizar?”.

A resposta, diz ele, é que hoje o empreendedor pode fazer uso da outorga concedida pelo poder público mas não pode vendê-la ou alugá-la. “Ou seja, um agricultor com disponibilidade de água poderia vender sua concessão a quem oferecer o maior preço. Não será o agricultor vizinho, mas uma indústria instalada por ali. Isso é a mercantilização da água”, explicou. Segundo o PLS 495, em momentos de crise hídrica, seria possível cancelar as outorgas. “Isso abre um horizonte de judicialização. Se o empresário decide instalar uma fábrica em algum lugar e, para garantir a operação, compra todas as concessões de água do local, o que acontece se o Estado decide suspendê-las? Quem vai pagar os milhões investidos?”, questionou Hirata.

A assimetria de poder político e capacidade econômica já foi demonstrada na crise hídrica de São Paulo, quando a Sabesp continuou dando descontos para grandes consumidores, como shoppings, enquanto cortava água nas periferias. No Fórum, uma história contada por um diretor da Braskem ilustra bem os riscos da criação de um mercado de água no país.

A empresa brasileira, maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, com faturamento de R\$ 55 bilhões em 2016, tem 41 plantas industriais espalhadas por Brasil, Estados Unidos, Alemanha e México. Jorge Soto, diretor de desenvolvimento sustentável, disse que a empresa tem uma análise que inclui nada menos do que 149 cenários de riscos climáticos a suas operações. Nas 29 fábricas do Brasil, a escassez hídrica foi o principal problema identificado. Com isso, a empresa decidiu que cada cenário de alto risco deveria ser acompanhado pela ação necessária para mitigá-lo. Trata-se de um plano de adaptação de longo prazo, que mira 2040, e chega ao nível de investigar quem são os consumidores de água das bacias hidrográficas onde as fábricas estão instaladas. Segundo ele, por mais que a Braskem planeje, como não tem o controle total da bacia, muitas vezes outros consumidores se tornam variáveis imprevisíveis. Não é difícil de imaginar como companhias desse porte podem se beneficiar da criação de um mercado que lhes permita, via compra de outorgas, ter previsibilidade para suas operações.

As transformações no saneamento e na água preocupam os movimentos sociais e entidades ligadas à sociedade civil que, juntas, lançaram no dia 25 de abril um observatório nacional para acompanhar um cenário cada vez mais dinâmico. “É uma luta muito grande, mas precisamos construir formas de produção do conhecimento para sair da bolha e informar a sociedade para, quem sabe, daqui a algumas décadas, ver difundida uma forma de pensar a questão da água diferente de sua apropriação enquanto mercadoria. O Fórum Mundial e o Conselho que organiza o evento estão, a cada edição, alargando sua influência sobre chefes de Estado, ministros, parlamentares...”, conclui Luiz Roberto Moraes.

“Atingimos plenamente nosso objetivo”, disse, por sua vez, Benedito Braga, o presidente do Conselho Mundial da Água, no encerramento da edição brasileira do evento. O próximo Fórum acontece no Senegal, em 2021, e tem como tema a segurança hídrica. ○



“Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. A mensagem foi postada no Twitter. Seu autor, contudo, está longe de ser um anônimo a expressar uma opinião numa data qualquer. Foi o dia 3 de abril, véspera do julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal, que o comandante do Exército, coronel Eduardo Villas Bôas, escolheu para se manifestar.

E embora ele seja o mais graduado, não foi o primeiro oficial da ativa a se pronunciar sobre a situação política, levantando dúvidas em relação aos planos da caserna para o Brasil. Em setembro passado, o general Antonio Hamilton Mourão ameaçou que se as “instituições” não retirassem da vida política os “elementos” envolvidos em “ilícitos”, as Forças Armadas teriam que “impor isso”. Mas, afinal, quais são os limites da atuação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica num país que se democratizou depois de 21 anos de ditadura empresarial-militar?

Na Constituição de 1988, o papel das Forças Armadas está descrito no artigo 142. De acordo com o texto, são “instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República”. Ainda segundo a Carta Magna, se destinam a três finalidades: a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) e – importante frisar – “por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

É nesse trecho que se evidenciam as tensões. Em entrevista ao jornalista Pedro Bial (19/09/17), o comandante do Exército comentou a declaração de Mourão e disse que, na “iminência de um caos”, as Forças Armadas teriam “mandato” para agir em “defesa dos poderes constitucionais”, mesmo não acionadas por eles. Na mesma entrevista, caracterizou Mourão como “uma figura fantástica, um gaúcho”. O general, hoje aposentado, não foi repreendido publicamente, nem punido. Tampouco Villas Bôas.

Maurício Dieter, professor de criminologia e direito penal da Universidade de São Paulo (USP), explica que, sob nenhuma hipótese, a Constituição dá brecha a uma interpretação como a de Villas Bôas. “As instituições não podem ser protegidas de si mesmas sem que exijam isso. É uma falácia retórica, uma invenção. Uma autoatribuição de poder que poderia ser resumida assim: quem nos protege da bondade dos bons?”, diz. Outro artigo da Constituição, o 84, reforça que o comando das Forças Armadas é uma atribuição do presidente da República. “Um general que declara ter uma missão que precede a própria autorização presidencial deveria ser imediatamente removido do cargo”, afirma.

O Palácio do Planalto, no entanto, não se manifestou sobre as declarações, e o Gabinete de Segurança Institucional, órgão que assessora o presidente em assuntos militares, tampouco. Já o Ministério da Defesa, por meio de nota à imprensa, disse no dia 4 de abril que o comandante do Exército reafirmou “os preceitos constitucionais” e caracterizou a declaração como “uma mensagem de confiança e estímulo à concórdia”. Na mesma linha, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que o governo viu na declaração um “chamamento ao bom senso, à serenidade e ao respeito às instituições”. Jungmann foi fotografado dando um beijo na testa de Villas Bôas em um evento público naquela mesma semana.

“O fato de ambos os generais não terem sido, como manda a hierarquia militar, repreendidos publicamente e não ter havido nem pedido de desculpas nem renúncia indica que o Executivo não se mostra seguro em relação ao seu controle sobre os militares – e essa covardia, sim, é perigosa”, destaca Dieter. E completa: “Quem faz o discurso do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não são essas instituições, mas a Presidência através do Ministério da Defesa. Quando Villas Bôas não é repreendido, a gente só pode supor que seu discurso é o discurso da Presidência”. Procurado pela Poli, o Ministério da Defesa apenas reenviou a nota à imprensa do dia 4.

## Na corda bamba

Para o historiador Renato Lemos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Constituição de 1988 poderia ter vedado mais a atuação das Forças Armadas. Além disso, segundo ele, a Carta foi sendo regulamentada por um conjunto de instrumentos jurídicos que fortalecem o papel dessas instituições no país. “A ingerência das Forças Armadas no Estado e no processo político foi extremamente reduzida na democracia, o que não quer dizer que tenha sido anulada. A Constituição preservou áreas de privilégio aos militares e várias leis da época da ditadura continuam valendo”.

Maurício Dieter lembra que os militares foram decisivos na vida pública brasileira desde a República – que foi “proclamada” por um marechal, o Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do país. “Considerando 1988 como o encerramento jurídico formal da ditadura, abre-se um período de afastamento das Forças Armadas da vida política que, agora, como um pêndulo, parece estar retornando”, avalia ele, para quem esse não é um bom sinal. “Do nosso ponto de vista, isso não é desejável porque desde 1964 a característica ideológica predominante nas Forças Armadas é o autoritarismo”.

As Forças Armadas, retoma Lemos, nunca foram uma instituição homogênea – mesmo na época do golpe de 1964. “Mas tudo indica que sempre prevalece a tendência mais conservadora, reacionária mesmo, que encontra até hoje espaço na formação da Escola Superior de Guerra e na doutrina de segurança nacional que, anterior à ditadura, se associa ao regime e continua viva”, diz, e acrescenta: “O discurso simplista contra a corrupção e pela ordem não é mero oportunismo; é o universo ideológico deles”.

Para o historiador, inclusive, a declaração de Villas Bôas pode ser interpretada como uma rendição a pressões vindas das tropas. “As Forças Armadas vivem essa contradição entre a subordinação política ao poder civil e a pressão interna. É uma corporação com os seus valores, tradições e lealdades, situada numa zona de tensão entre o compromisso político-constitucional, do qual depende a manutenção de seus cargos, e a pressão interna”.

Mas ele não acredita que os arroubos vindos da caserna representem propriamente uma ameaça de golpe. “Não houve nenhum golpe militar vitorioso por aqui que não fosse comandado por setores ci-

vis, empresariais e da representação política. As quarteladas à moda antiga nunca deram certo no Brasil republicano. Os militares nunca tomaram o poder sozinhos”, afirma. O historiador pensa, isso sim, que as classes dominantes brasileiras, assim como em outros países, estão afinando os seus instrumentos de coerção para fazer controle social.

Tanto Renato Lemos quanto Maurício Dieter acreditam que a análise do papel das Forças Armadas no país hoje não pode ser feita sem se considerar a crescente militarização no resto do mundo. O historiador considera como marco dessa tendência o ano de 2001, quando aconteceram os atentados terroristas nos Estados Unidos e o paradigma liberal clássico, de que o poder militar deve ser subordinado ao poder civil, que freava o poder das Forças Armadas dentro das próprias fronteiras nacionais, mudou.

“Os Estados capitalistas vêm se aparelhando no plano jurídico e político para aumentar recursos militares em defesa da ordem interna. Ou seja, para a luta de classes. Mesmo nos países centrais, as classes dominantes estão concedendo aos militares cada vez mais poderes para manter o esquema de superexploração do trabalho que vem sendo imposto com a ascensão do neoliberalismo”, explica Lemos. Assim, em cada lugar, a militarização se combinaria com questões específicas. Na Europa e nos Estados Unidos, com o terrorismo. No Brasil as justificativas são o tráfico e a violência que se plasmam na chamada ‘guerra às drogas’.

### Lei, ordem e marketing

O artigo 144 da Constituição, que trata da segurança pública, diz que a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deve ser exercida através de cinco polícias – federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civil e militar – e do corpo de bombeiros. Mas, segundo Dieter, no conjunto, a redação é “frouxa”. “Nos últimos 30 anos, essa expressão [lei e ordem] foi profundamente ressignificada e ao invés de se confundir com a soberania nacional se confundiu com a segurança pública”, diz. E pondera: “Mas se fizermos uma análise no artigo 144, veremos que as Forças Armadas foram excluídas do capítulo que trata de segurança pública. Então a gente só pode entender essa garantia da lei e ordem fora da segurança pública”.

Além da Constituição, outros dispositivos legais regulamentam o papel das Forças Armadas. Desde Fernando Henrique Cardoso, passando por Lula e Dilma, e agora, Temer, cada governo deu, na opinião dos entrevistados, sua contribuição para ampliar a participação dos militares no processo social e político brasileiro.

É o caso do decreto 3.897 de 2001, que regulamenta o emprego das Forças Armadas em funções das polícias militares. “É como se fosse mais um item naquele artigo 144”, diz Lemos, que, de qualquer forma, avalia que o dispositivo constitucional deixou margem para uma interpretação ampla porque, apesar de não incluir as Forças Armadas, tampouco diz se elas estão impedidas de atuar na segurança pública. Mas Dieter esclarece que um decreto presidencial não pode ser usado para regulamentar a Constituição. “Só o Congresso, através de uma lei qualificada, poderia interpretar se a garantia de lei e ordem pode ser usada para lançar mão das Forças Armadas na segurança pública”, garante.

Passado o governo FHC, o governo Lula deu sua ‘contribuição’ para a militarização da segurança pública com a criação da Força Nacional de Segurança, que embora não seja composta por oficiais do Exército, Marinha ou Aeronáutica, na avaliação dos entrevistados emula suas características. Com Dilma Rousseff, as autorizações para o uso das Forças Armadas na segurança pública se tornaram ainda mais frequentes e a aprovação da lei antiterrorismo produziu uma volta ao passado em que manifestação política passou a ser vista como subversão da ordem.

Em outubro passado, Michel Temer sancionou a lei 13.491, que altera o Código Penal Militar, fazendo o texto praticamente retornar à sua redação original, de 1969. Dessa forma, crimes dolosos cometidos por militares contra civis não são mais julgados pela Justiça comum. “O problema é o seguinte: uma das bases da democracia é o controle civil sobre os militares. Quando se autoriza que os tribunais militares julguem os militares mesmo em crimes dolosos, vulgo intencionais, praticados contra civis, você acabou de criar um tribunal não civil para o julgamento de crimes praticados contra civis. Um tribunal vinculado aos interesses de quem é acusado. E com isso se está renunciando ao controle civil sobre os militares. É um grave retrocesso, perigosíssimo em termos de distribuição de poderes”, considera Dieter.

Na avaliação de Lemos, o expediente serve para estabilizar a ação de militares em operações de garantia da lei e da ordem, caso da manifestação que ocorreu no dia 24 de maio do ano passado pela destituição de Temer. O presidente decretou o uso das Forças Armadas nas ruas do Distrito Federal por uma semana. Com a repercussão negativa, voltou atrás e revogou o decreto no dia seguinte.

Desde 1999, as Forças Armadas atuam sob a direção superior do Ministério da Defesa. Até pouco tempo, só havia civis no comando da pasta. Isso mudou no governo Temer, quando o general Joaquim Silva e Luna foi nomeado. Saiu Raul Jungmann, para encabeçar o recém-criado Ministério da Segurança Pública no contexto da intervenção federal no Rio de Janeiro – que, segundo Dieter, tem tudo a ver com esse debate sobre Forças Armadas. “Você pode ter intervenção federal? Pode. Mas a previsão constitucional é que quem vai controlar a intervenção sempre é um civil. Ter um comando militar só poderia acontecer em uma operação de guerra, jamais em uma operação de segurança pública. E aí, a ideia de guerra às drogas cria a retórica que permite fazer isso”, diz, e completa: “Talvez o mais assustador é que se trata de um uso explícito das Forças Armadas como propaganda”.

Em 2015, em plena crise política, as Forças Armadas ocuparam o primeiro lugar no ranking das instituições em que os brasileiros mais confiam, com 73% de aprovação, à frente da OAB (66%) e da Igreja Católica (61%), segundo levantamento feito pelo Datafolha. Ano passado, o instituto repetiu a pesquisa e verificou que as Forças Armadas seguiam na liderança, com 40% dos entrevistados dizendo confiar muito; 43% pouco – enquanto 15% disseram não confiar. A confiança na Presidência, por outro lado, patina-va nos 3%...O

## A HISTÓRIA (INFELIZMENTE) SE REPETE...

### 28 de março de 1968

Quatro anos haviam se passado desde o golpe que instituiu uma ditadura do Brasil. O estudante Edson Luis foi assassinado por policiais militares quando participava de uma manifestação no Rio de Janeiro. Nos atos que se seguiram, placas questionavam: 'E se fosse seu filho?'. O episódio é considerado o estopim da Manifestação dos Cem Mil, que aconteceu três meses depois. Em dezembro, foi publicado o Ato Institucional nº 5, endurecendo ainda mais o regime. Os responsáveis pelo assassinato nunca foram punidos.

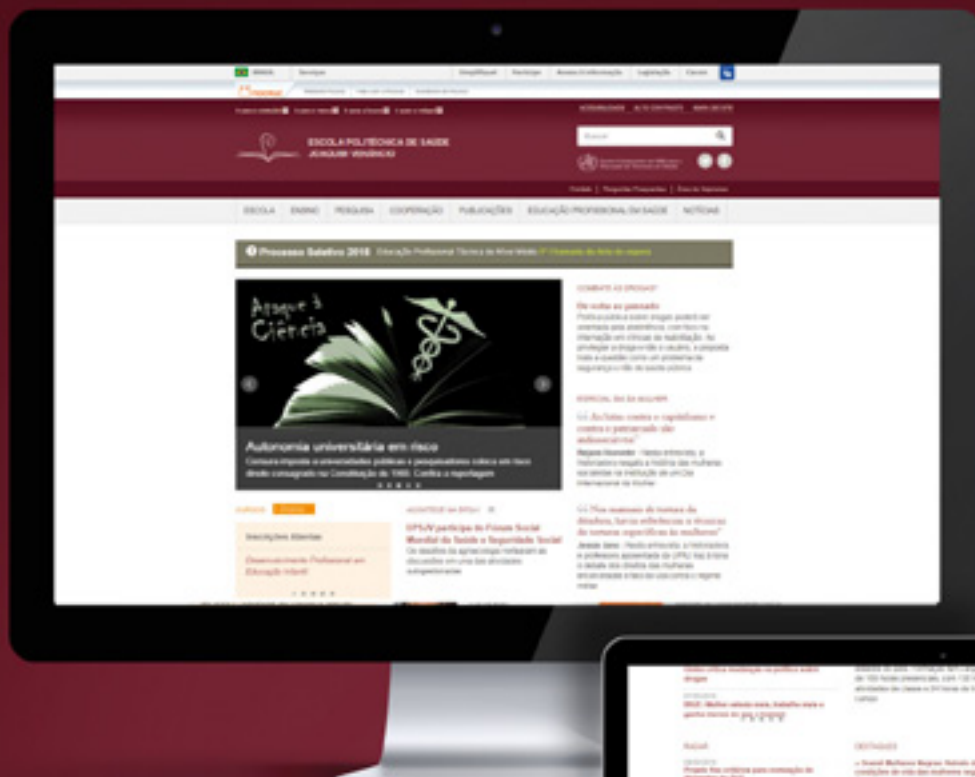
### 22 de dezembro de 1988

Três meses após a promulgação da Constituição que seria o grande marco da redemocratização no Brasil, Chico Mendes foi assassinado no Acre. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, liderança política conhecida internacionalmente pela luta em defesa da floresta e dos trabalhadores do seringueiro, além de militante do Partido dos Trabalhadores (PT), foi morto numa emboscada, depois de várias ameaças. Os assassinos, Darcy Alves da Silva e seu pai, Darly Alves, grileiro da região, foram condenados a 19 anos de prisão, cumpridos entre o cárcere, prisão domiciliar e regime semiaberto.

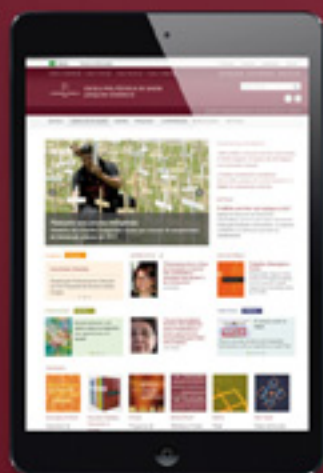
### 14 de março de 2018

Passados dois anos da instabilidade política que tomou o país após um impeachment denunciado como um golpe institucional, foi assassinada no Rio de Janeiro a vereadora Marielle Franco. Mulher, negra, lésbica, criadana favela da Maré e liderança política do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), foi executada a tiros dentro do carro, junto com o motorista, Anderson Gomes. Dias antes, tinha denunciado o Batalhão da Polícia Militar que mais mata no estado pela violação de direitos em ação na favela de Acari. Há pouco havia se tornado relatora da Comissão da Câmara de Vereadores que acompanharia a intervenção federal na segurança pública do Rio, processo contra o qual se manifestou diversas vezes. Em toda sua vida de militante pelos direitos humanos, lutou contra a violência de Estado que atinge principalmente a população das periferias. Sua morte ganhou repercussão internacional e levou multidões às ruas. Até o fechamento desta edição, 50 dias após a execução, os assassinos não haviam sido sequer identificados.

**De acordo com relatórios da Anistia Internacional, Comissão Interamericana de Direitos Humanos e ONG Front Line, o Brasil está entre os quatro países com maior número de homicídios de ativistas dos direitos humanos no mundo. Só em 2017, teriam ocorrido 66 assassinatos com esse perfil.**



**ACESSIBILIDADE**  
Pessoas com deficiência  
poderão usar e contribuir  
com o Portal



**DESIGN RESPONSIVO**  
Completamente adaptável  
para dispositivos móveis,  
segundo o Padrão Digital  
do Governo

**Novo Portal da Educação Profissional em Saúde**  
Comunicação pública sobre saúde, educação e trabalho

**www.epsjv.fiocruz.br**